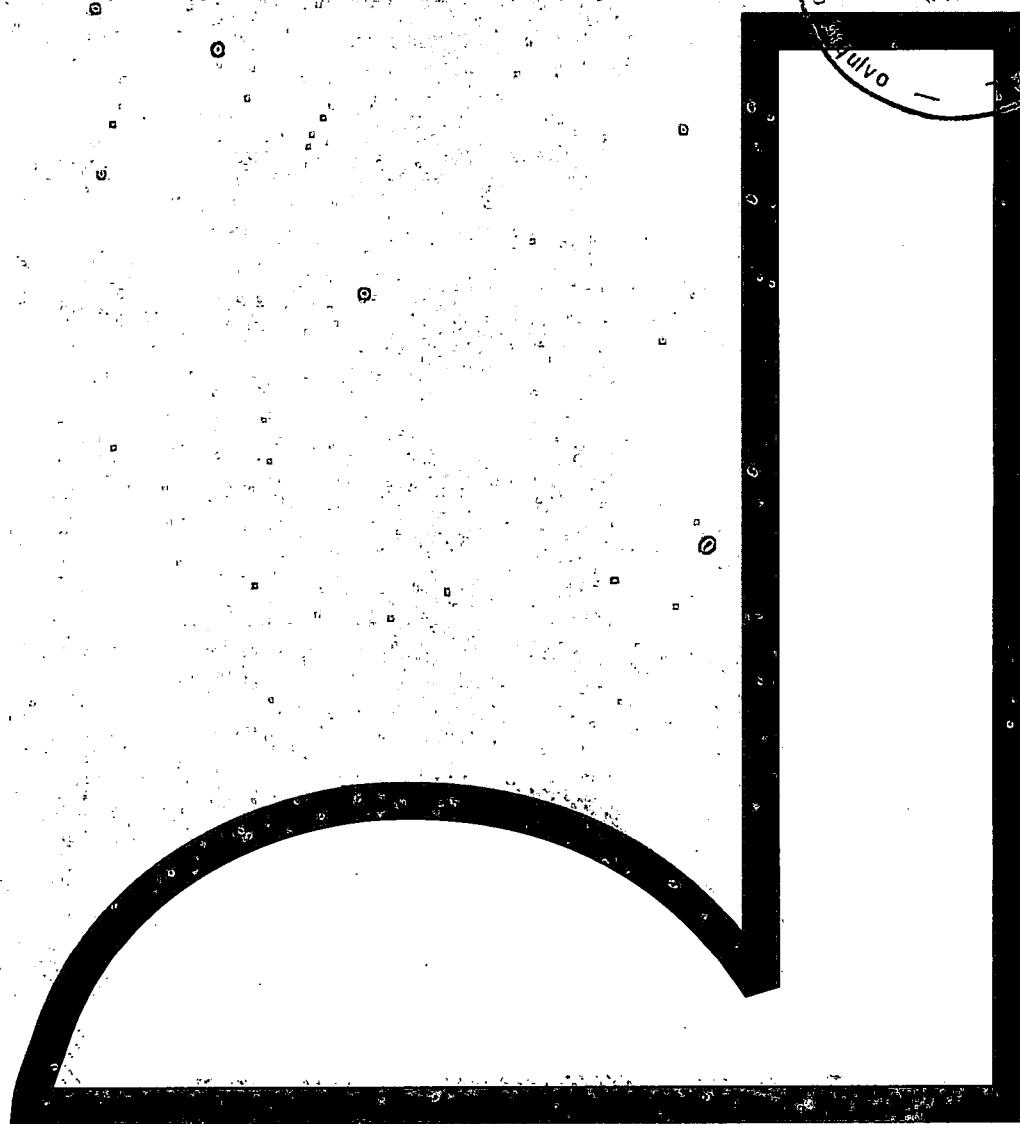
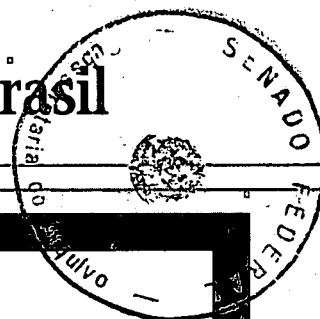


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise – Bloco – MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucidio Portella – PPB – PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>José Ignácio Ferreira – PSDB – ES</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares – PFL – ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Pêres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

Atualizada em 4-11-98

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 5, de 1999, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile. 02059

Nº 6, de 1999, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. 02059

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

Nº 1, de 1999, que autoriza o Estado de Goiás a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG. 02059

Nº 2, de 1999, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União; com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Central do Brasil – BACEN, em 12 de novembro de 1998, no valor de R\$954.224.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais)..... 02060

3 – ATA DA 16ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE JANEIRO DE 1999

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1– Mensagem do Presidente da República

Nº 57, de 1999 (nº 117/99, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Clodoaldo Huguey Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02062

3.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 17/99, de 19 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento

nº 587, de 1998, do Senador Ernandes Amorim. Ao Arquivo. 02072

3.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ERNANDES AMORIM – Preocupação com o desemprego crescente. Necessidade do aproveitamento das instalações industriais desativadas pela diminuição da oferta de matéria-prima e pela falta de uma política de fiscalização contínua dos projetos. 02072

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Reflexões sobre a notícia veiculada no **Jornal do Brasil**, de hoje, a respeito de mudanças pretendidas pela Comissão Especial do Ministério da Justiça para a reforma do Código Penal, nas quais pretende-se aumentar as possibilidades de aborto legal. 02073

SENADOR RAMEZ TEBET – Importância da priorização da produção de grãos para a retomada do crescimento econômico..... 02074

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Alerta para a exclusão da incidência da CPMF sobre os lançamentos para pagamento de tributos.....

02078

SENADOR LAURO CAMPOS – Análise do modelo econômico brasileiro.....

02079

SENADOR GILVAM BORGES — Recomendação ao Ministro da Educação de adoção do livro "Os dez Brasis", de autoria de Jorge Balleiro. Leitura do artigo "A oratória parlamentar no Brasil", do mesmo autor, publicado no **Folha do Sudoeste** em 19-12-98.....

02083

3.2.4 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessões conjuntas do Congresso Nacional, a realizarem-se nos dias 27 e 28 do corrente, quarta e quinta-feiras próximas, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

02085

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, em regime de urgência.....

02085

3.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Homenagem ao Desembargador Jairon Maia

Fernandes pelo profícuo trabalho realizado à frente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.....

02086

3.2.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

02086

3.3 – ENCERRAMENTO

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 25-1-99

5 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 10, de 1998 (republicação)..... 02087

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 65, de 1999 (republicação)..... 02091

Nºs 121 a 126, de 1999..... 02092

Nº 127, de 1999, referente ao servidor Ricardo Abreu Alagemovits..... 02096

Nº 128, de 1999, referente à servidora Maria Naustria Albuquerque..... 02097

7 – ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN

Nºs 1 a 5, de 1999..... 02098

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*) DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1999

Aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 29 de abril de 1998.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto do tratado acima citado está publicado no DSF, de 8-1-99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1999

Aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 11 de setembro de 1998.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(*) O texto do tratado acima citado está publicado no DSF de 8-1-99

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1999

Autoriza o Estado de Goiás a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público

Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Goiás autorizado a celebrar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, firmado em 13 de novembro de 1998, entre a União e aquele Estado, no âmbito do

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, no valor de até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG.

Art. 2º A operação de crédito autorizada no art. 1º deverá apresentar as seguintes características:

I – valor do crédito a ser liberado pela União: até R\$418.868.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, atualizados pela taxa Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil – Bacen, até a data da efetiva liberação dos recursos;

II – utilização dos recursos:

a) até R\$200.480.000,00 (duzentos milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), destinados à capitalização do BEG, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), destinados à constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e outras superveniências passivas; e

c) até R\$178.388.000,00 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais), destinados à aquisição de ativos do BEG pelo Estado;

III – forma de liberação dos recursos: serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEG, com relação ao montante destinado à capitalização da Instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação ao montante destinado à constituição de fundo(s) para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, e outras superveniências passivas; e

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEG;

IV – amortização:

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, celebrado entre a União e o Estado de Goiás, em 25 de março de 1998, com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, nas mesmas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se esta operação pelas condições estipuladas naquele Instrumento;

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definido com base no valor do patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEG;

c) da diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEG será deduzida ou adicionada a parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEG adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento; e

e) o Estado poderá utilizar os créditos securitizados que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1999

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal – CEF, e do Banco Central do Brasil – BACEN, em 12 de novembro de 1998, no valor de R\$954.224.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda

de Ações, celebrado com a União, com a intervenção do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Central do Brasil – BACEN, em 12 de novembro de 1998, no valor de até R\$954.224.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais).

Parágrafo único. A operação de crédito autorizada neste artigo se apóia na Medida Provisória nº 1.702-30, de 27 de outubro de 1998, e na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e seus recursos destinam-se ao saneamento financeiro do BEC, visando à transferência de seu controle acionário para a União e sua posterior privatização.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor do crédito a ser liberado pela União: até R\$954.224.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), a preços de 30 de junho de 1998, que serão utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

a) até R\$144.034.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e trinta e quatro mil reais), destinados à capitalização do BEC, para recomposição do seu patrimônio líquido;

b) até R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), destinados à constituição de fundos para as contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras superveniências passivas;

c) até R\$635.190.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões, cento e noventa mil reais), para a aquisição de ativos do BEC pelo Estado;

II – forma de liberação dos recursos: as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em consonância com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.702-30, de 1998, da seguinte forma:

a) diretamente ao BEC, com relação ao montante destinado à capitalização da Instituição, para recomposição patrimonial;

b) diretamente à CEF, com relação a constituição dos fundos; e

c) diretamente ao Estado, com relação ao montante destinado à compra de ativos do BEC;

III – forma de pagamento:

a) as parcelas dos recursos liberados serão incorporadas à parcela (P) definida na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento, nas datas em que ocorrerem as liberações, regendo-se pelas condições daquele Instrumento, exceto no que concerne ao prazo de financiamento, que, nesta operação, será de trezentos e sessenta meses;

b) do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento será deduzido o preço inicial das ações, definidos com base no patrimônio líquido apurado após as liberações dos créditos e efetuados os ajustes no BEC;

c) a diferença entre o preço final obtido na venda e o preço inicial das ações do BEC será deduzida ou adicionada à parcela (P) descrita na Cláusula Quarta do Contrato de Refinanciamento;

d) os recursos gerados pelos ativos do BEC adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do Contrato de Refinanciamento;

e) o Estado poderá utilizar créditos securitizados que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.696-27, de 27 de outubro de 1998, no abatimento do estoque da dívida desta operação.

Parágrafo único. Os valores descritos no inciso I serão atualizados pela variação da taxa Selic, divulgada pelo Bacen, de 1º de julho de 1998 até a data das liberações previstas na Cláusula Segunda do Contrato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 16ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de Janeiro de 1999

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 57, DE 1999 (Nº 117/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Clodoaldo Hugueneu Filho, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias.

Os méritos do Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de janeiro de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Em nº 16/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 20 de janeiro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Servi-

ço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Clodoaldo Hugueneu Filho, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diploma, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias.

2) Encaminho, igualmente em anexo, **Curriculum Vitae** do Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho
Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 1943.
Filho de Clodoaldo Hugueneu e Carintha Fialho Hugueneu.
CPCD, IRBr.
Bacharel em Direito, PUC/RJ
"Magister" em Ciências Econômicas, Universidade do Chile.
Terceiro-Secretário, 15 de fevereiro de 1966.
Segundo-Secretário, merecimento, 9 de janeiro de 1969.
Primeiro-Secretário, merecimento, 1 de janeiro de 1973.
Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 19 de dezembro de 1990.
Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1966.

Assistente do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1975.

Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1977/79.

Chefe da Divisão de Política Comercial, 1983/88.

Chefe, Substituto, do Departamento Econômico, 1986/88.

Chefe do Departamento Econômico, 1991/92.

Subsecretário-Geral de Planejamento Político e Econômico, 1992.

Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos, 1993.

Santiago, Cônsul-Adjunto, 1969/72.

Santiago, Encarregado, 1970 e 1971.

Washington, OEA., Segundo-Secretário, 1972/75.

Washington, OEA., Encarregado de Negócios. 1974.

Londres, Conselheiro, 1979/83.

Caracas, Embaixador, 1993/99.

Reunião dos Embaixadores na Europa Ocidental, Roma, 1966 (assessor).

I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da ONU, Nova York, 1967 (membro).

Comitê de Manufaturas da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1967 (membro).

Reuniões do Grupo de Preferências da UNCTAD, Genebra, 1967 (membro).

VIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1968 (membro).

II UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (membro).

IX Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1969 (membro).

III UNCTAD, Santiago, 1972 (membro).

XIV Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1972 (membro).

III Período Ordinário de sessões da OEA., Washington, 1973 (delegado).

I Período de reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano, Lima, 1973 (membro).

II Período de reuniões da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro).

V Período de reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro).

IV Período de sessões do CIECC, Santos Domingo, 1974 (membro).

VII Sessão do Grupo **ad hoc** de Barreiras Tarifárias, Quito, 1974 (delegado).

IX Reunião Ordinária do CIES, Quito, 1974 (delegado).

X Reunião do CIES, Washington, 1975 (delegado).

Secretário para Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1988/90.

Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1990/91

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, – Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

RELAÇÕES BRASIL – UNIÃO EUROPÉIA

Informação para o Senado Federal

Brasília, janeiro de 1999

I. Aspectos Políticos

1. Avaliação das relações bilaterais

2. Integração Européia

a) Histórico

b) Instituições

c) Perspectivas

II. Aspectos Comerciais

1) Características gerais das relações Brasil – UE

2) Evolução do comércio bilateral

3) Comércio agrícola

4) Investimentos

5) Sistema Geral de Preferências (SGP)

6) Principais contenciosos comerciais entre Brasil e UE

7) Selo Verde da UE

8) Lei Brasileira de Transportes Aquaviários

9) Relacionamento Mercosul-União Européia

10) Cimeira América Latina e Caribe – União Européia

III. Informações Gerais

I. Aspectos Políticos

1. Avaliação das Relações Bilaterais

Com uma população de aproximadamente 370 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto da ordem de 8 trilhões de dólares, a União Européia impõe-se hoje como parceiro privilegiado a qualquer nação ou bloco econômico do mundo, oferecendo

promissoras perspectivas de interação e cooperação nos mais diversos campos.

Para o Brasil, a União Européia tem sido tradicionalmente o nosso mais importante parceiro econômico, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por investimentos da ordem de 40 bilhões de dólares. Abrange ainda algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso de Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal. Brasil e Europa encontram-se unidos, ainda, por fortes vínculos étnicos (a imigração portuguesa, italiana, alemã e espanhola) e históricos (colonização portuguesa, domínio espanhol na União Ibérica, invasão holandesa).

Embora tenha perdido algo de sua posição relativa em nosso comércio exterior e no fluxo de investimentos, a União Européia constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo. Nosso interesse é manter e reforçar esse equilíbrio, inclusive em razão de iniciativas como a integração hemisférica, que poderá incrementar em muito as relações comerciais entre o Brasil e os demais países das Américas.

O Brasil de hoje é um parceiro que tem sido foco de grandes atenções por parte dos países da UE. Nossas instituições democráticas estão hoje consolidadas e Estado e Sociedade encontram-se conscientizados e mobilizados em prol de temas como Direitos Humanos e Meio Ambiente. O Governo brasileiro tem alcançado êxito na estabilização dos preços e na modernização da economia por meio da reestruturação do Estado, do processo de privatização e da abertura comercial. Consolidamos junto aos principais observadores europeus uma imagem de país democrático, estável e de notável potencial econômico, atrativos esses que, combinados, são raros em mercados emergentes.

Esse quadro positivo viu-se grandemente favorecido pelo bom andamento do processo de integração regional, que, ao mesmo tempo, superou antigas rivalidades e assegurou uma dimensão ampliada para nosso país no cenário internacional. Com isso, firmamos nossa vocação globalista, como um país plenamente habilitado ao fortalecimento de suas relações tradicionais e ao lançamento de novas parcerias estratégicas com o continente europeu.

Novo e importante canal de aproximação do Brasil com a União Européia surgiu com a criação do Mercosul. Com a assinatura em Madri, em dezembro de 1995, do Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação instituiu-se instrumento de transição para uma

futura associação inter-regional entre o Mercosul e a União Européia. Essa associação teria como pilar básico a liberalização progressiva do fluxo comercial entre os blocos. É extremamente significativo que esse acordo – o primeiro ato internacional do Mercosul – tenha sido assinado precisamente com a União Européia, a experiência de integração de maior êxito no mundo. Os países do Mercosul puderam beneficiar-se concretamente dessa considerável experiência na construção de sua união aduaneira por meio de um programa de cooperação técnica estabelecido em 1992.

No plano político, Brasil e União Européia apresentam convergências quanto à busca do fortalecimento da segurança internacional, ao prestígio ao multilateralismo e à defesa dos valores democráticos. Além disso, valeria ressaltar a recente ocorrência de pelo menos duas transformações fundamentais na Europa, a partir das quais podem ser extraídas repercussões positivas para as relações euro-brasileiras.

A primeira transformação decorre da superação gradual da onda econômica recessiva que vinha deprimindo os países europeus desde meados dos anos oitenta. Apesar de dificuldades ocasionais verificadas em certos países, o desempenho e as perspectivas de crescimento das economias européias – aliadas ao nosso processo de amplas reformas econômicas e políticas internas e nosso sólido perfil na cena internacional – têm contribuído para uma retomada do interesse europeu pelo Brasil e pelos demais países do Mercosul.

O segundo aspecto relaciona-se ao aprofundamento e alargamento da integração econômica e política na União Européia, a partir do Ato Único de 1985 e, sobretudo, do Tratado de Maastricht, firmado em 1992. Alcançou-se o objetivo de unificação monetária e avanços consideráveis têm sido registrados na coordenação de políticas exteriores e de segurança comunitárias, concomitantemente com o reforço da legitimidade e do poder decisório das instituições da União Européia. Tais conquistas no plano da supranacionalidade vêm proporcionando à UE ganhos em coesão e em autonomia relativa em face das demais potências globais. Para o Brasil, essa realidade enseja o desenvolvimento de novas modalidades de interlocução política e de parceria econômica.

A Reunião de Cúpula União Européia-América Latina e Caribe, a realizar-se no Rio de Janeiro, em junho de 1999, deverá oferecer importante contribuição para esse processo de contínua aproximação. A

agenda de trabalho da Cúpula contemplará três conjuntos básicos de temas: assuntos políticos, assuntos econômicos e assuntos culturais e educacionais.

2. Integração Européia

a) Histórico

Em 1950, o Ministro das Relações Exteriores da França, Robert Schuman, propôs a criação de uma organização para controlar a produção de carvão e aço na Europa. Um ano mais tarde, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos assinavam o Tratado de Paris, que cria a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA). A criação da Ceca marcou a adoção de uma concepção gradualista para a integração do continente, vista como essencial no contexto europeu do pós-Guerra. O setor siderúrgico foi escolhido para dar início a um processo evolutivo que deveria conduzir primeiro à integração econômica e, mais tarde, à política. A Ceca marca ainda o surgimento da primeira organização internacional com poderes supranacionais. Os seis países membros abdicaram de parte de sua soberania em favor da instituição comunitária. Seu órgão executivo defendia interesses comuns do setor e da instituição comunitária. Seu órgão executivo defendia interesses comuns do setor e não interesses nacionais individuais.

Em 1952, os seis integrantes da Ceca assinam Tratado que cria a Comunidade Européia de Defesa (CED). Em 1954, porém, o Parlamento francês recusa ratificar o Tratado da CED e impede a instalação da organização. Com o fracasso na inclusão da área de segurança, o processo de integração européia terá que se concentrar na área econômica.

Em 1957, os mesmos seis assinam em Roma Tratados que criam a Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom) e a Comunidade Econômica Européia (CEE). A CEE, formalmente instalada em 1958, torna-se a organização responsável pela integração econômica européia como um todo. Nos termos do Tratado de Roma, sua missão é "promover, pelo estabelecimento de um mercado comum e pela aproximação progressiva das políticas econômicas dos Estados-Membros, um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas; uma expansão econômica, contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram". Para alcançar esse fim, a ação da CEE implicaria:

- eliminação entre os Estados-Membros dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à importação e à exportação de mercadorias;

- estabelecimento de uma Política Comercial Comum em relação a terceiros países (tarifa exterior comum);

- abolição entre os Estados-Membros dos obstáculos à livre circulação de pessoas, serviços e capitais;

- adoção de uma política Agrícola Comum;

- adoção de uma Política Comum de Transportes;

- a defesa da livre competição;

- harmonização das legislações nacionais na medida em que tal seja necessária para o bom funcionamento do mercado comum.

b) Instituições

O Tratado de Roma cria quatro instituições principais, que permanecem até hoje: o Conselho de Ministros, a Comissão Européia, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça. Em 1986, foi criado o Conselho Europeu.

– Conselho de Ministros

Exerce funções legislativas, podendo adotar atos regulamentares e administrativos. Partilha com o Parlamento os poderes orçamentais. É composto por 15 membros (1 por país). Nos assuntos gerais, participam os Ministros das Relações Exteriores e, nos assuntos específicos, os Ministros do setor em pauta.

A Presidência do Conselho é exercida pelos Estados-Membros rotativamente por um período de seis meses. Para manter coerência, os trabalhos do Conselho são exercidos por uma troika que compreende três presidentes: o atual, o anterior e o posterior. A Áustria é o atual Presidente. Em 1999, serão Alemanha e Finlândia. Em 2000, Portugal e França. Sua sede é em Bruxelas.

– Conselho Europeu

É composto pelos Chefes de Estado ou de Governo e pelo Presidente da Comissão Européia. Trata-se de uma reunião de cúpula cujas funções incluem dar impulso político à integração, harmonizar posições e desbloquear decisões importantes. Reúne-se uma vez por semestre no país que preside o Conselho.

– Comissão Européia

É o órgão executivo da UE. Propõe legislação para o Conselho de Ministros e implementa medidas

para cumprir as normas comunitárias. A Comissão é independente dos Governos dos Estados-Membros e do Conselho de Ministros. Defende os interesses comuns da União, acima dos interesses nacionais. É composta por 19 comissários indicados por cada Estado-Membro para um mandato de 5 anos. Seu atual Presidente é o luxemburguês Jacques Santer. Sua sede é em Bruxelas.

– Parlamento Europeu

Apesar de ampliados pelo Tratado de Maastricht, seus poderes continuam bastante limitados. Sua principal função é aprovar o orçamento comunitário. É composto por 626 membros eleitos diretamente a cada 5 anos. Sua sede é em Bruxelas.

– Tribunal de Justiça

É o órgão máximo de interpretação dos Tratados da UE e da legislação comunitária. É composto por 15 juízes e seis advogados-gerais, escolhidos pelo Conselho de Ministros para um mandato de seis anos. Sua sede é em Luxemburgo.

Existem ainda o Comitê Econômico e Social (composto por trabalhadores, empresários e profissionais liberais), o Tribunal de Contas e o Banco Europeu de Investimentos. A UE mantém cerca de 23 mil funcionários, dos quais 16 mil na Comissão Europeia.

c) Perspectivas

- Entre 1991 e 1997, as importações brasileiras de produtos europeus elevaram-se de US\$4,68 bilhões para US\$16,33 bilhões. Em janeiro-novembro/98, o valor das importações brasileiras situou-se em US\$15,28 bilhões.

- O Brasil adquiriu maior importância como parceiro comercial da UE no mundo ao passar do 29º lugar, em 1991, para o 13º lugar, em 1996, como país de destino das exportações europeias². No continente americano, o Brasil tornou-se, após os Estados Unidos – principal parceiro comercial da UE –, o segundo mercado para produtos europeus, à frente do Canadá.

- Por sua vez, as exportações brasileiras para o mercado europeu elevaram-se de US\$9,84 bilhões, em 1991, para US\$14,51 bilhões, em 1997 (de janeiro-novembro de 1998, as vendas brasileiras para UE acumularam um valor de US\$13,60 bilhões). Tem-se mantido praticamente inalterado o perfil da pauta de exportações brasileiras para a UE, cuja composição oscila entre 50 e 60% de produtos agrícolas e entre 50 e 40% de produtos industrializados. Enquanto as exportações de produtos agrícolas brasileiros cresceram 31,2%, de 1991 a 1997, as vendas de produ-

tos industrializados elevaram-se apenas, 2,7% no mesmo período.

- A posição do Brasil como supridor do mercado europeu foi de 11º lugar em 1996. Países como a Polônia e a Coreia do Sul, que, em 1991, eram parceiros comerciais menos importantes que o Brasil, tornaram-se, em 1996, respectivamente, o 8º e o 10º maiores fornecedores do mercado europeu.

- Os principais produtos exportados pelo Brasil para o continente europeu são: soja, minério de ferro, café, suco de laranja, alumínio bruto, fumo, veículos automotores e autopeças, produtos siderúrgicos. Tradicionalmente, as exportações brasileiras para a UE são compostas em sua maioria por produtos primários e semimanufaturados. Já importações do Brasil oriundas da UE concentram-se em produtos manufaturados, tais como máquinas e aparelhos mecânicos, produtos químicos, máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos automóveis, instrumentos e aparelhos de ótica, instrumentos médico-cirúrgicos e produtos farmacêuticos.

- Nossas exportações para a UE têm sido severamente dificultadas por um grande número de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Dentre as principais barreiras encontram-se entre outros, os altos níveis tarifários (afetando calçados, café solúvel, suco de laranja e óleo de soja), os subsídios decorrentes da Política Agrícola Comum (afetando carne de frango e carne bovina), medidas sanitárias e fitossanitárias (afetando carnes suínas e sucos de frutas).

1 Fonte: MICT/SECEX e MF/SRF.

2 Fonte: EUROSTAT (fax 122 de Braseuropa, de 8-4-98).

II. Aspectos Comerciais

1) – Características Gerais das relações Brasil – UE

- A união Europeia é o maior parceiro comercial do Brasil. Conseqüentemente, nossas relações com aquele bloco abrangem diversos temas relacionados ao acesso a mercados. Entre eles, cabe destacar a questão do nosso acesso ao Sistema Geral de Preferências (SGP), temas ambientais (como o Selo Verde da UE), o setor automotivo; investigações anti-**dumping**, imposição de restrições não-tarifárias (caso do amianto), da farela de polpa cítrica e de sementes, transgênicas), entre outros temas.

- Como pano de fundo para as questões acima, o déficit na nossa balança comercial com aquele bloco assume proporções cada vez maiores. Nessas condições, um dos principais objetivos de nossa política comercial com o bloco comunitário é o de buscar estabelecer um equilíbrio nas relações comer-

ciais – seja por meio da eliminação das atuais barreiras tarifárias, e não-tarifárias, seja por meio de uma maior diversificação de nossas exportações.

2) Evolução do Comércio bilateral

- A análise da evolução do comércio global Brasil – UE no período 1991-1997 revela crescimento de 112,2%. De US\$14,5 bilhões, em 1991, o intercâmbio bilateral passou para US\$30,8 bilhões em 1997. Nos onze primeiros meses de 1998 comparativamente a igual período do ano anterior, o incremento do intercâmbio bilateral foi de 2,6%, passando o valor de US\$28,1 bilhões para US\$28,9 bilhões.

- O expressivo crescimento do comércio bilateral verificado a partir de 1991, distribuiu-se, no entanto de forma desequilibrada entre os dois parceiros, havendo as exportações comunitárias com destino ao Brasil crescido cerca de 250%, entre 1991-1997, e as exportações brasileira para a Europa se elevado em apenas 47%.

- Enquanto em 1991 o balanço do intercâmbio Brasil – UE era claramente favorável ao Brasil (supe-

ravit de US\$5,1 bilhões), em 1997 registrou-se déficit de US\$1,82 bilhão. No período janeiro-novembro de 1998, o Brasil acusou déficit comercial com a UE de US\$1,67 bilhão.

Nos próximos anos, a evolução da União Europeia será determinada por quatro elementos principais:

- o aprofundamento da integração
- União Econômica e Monetária (introdução do Euro em 1999)
- União Política (consolidação da Política Externa e de Defesa da UE)
- A expansão para o Leste (Estônia, Eslovênia, República Tcheca, Hungria, Polônia, Chipre, Bulgária, Eslováquia, Letônia, Lituânia e Romênia)
- A necessidade de reformas orçamentária e institucionais (diminuição dos subsídios promovidos pela Política Agrícola Comum)
- Combate ao desemprego

QUADRO DO COMÉRCIO BILATERAL

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1991-1998
Participação da União Europeia – UE (*)

(Em US\$ Milhões – Fob)

ANOS	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			SALDO	
	MUNDO (1)	UE (2)	% (2)/(1)	MUNDO (3)	UE (4)	% (4)/(3)	MUNDO	UE
1991	31.620	9.849	31,1	21.041	4.686	22,2	10.579	5.163
1992	35.792	10.558	29,4	20.554	4.576	22,2	15.238	5.982
1993	38.596	9.961	25,8	25.654	5.763	22,4	12.942	4.198
1994	43.545	11.811	27,1	33.078	8.384	25,3	10.467	3.427
1995	46.506	12.911	27,7	49.583	13.699	27,6	(3.077)	(788)
1996	47.747	12.836	26,8	53.301	14.119	26,4	(5.554)	(1.283)
1997	52.985	14.512	27,3	61.358	16.334	26,6	(8.372)	(1.822)
1998 (Jan-Nov)	47.176	13.607	28,8	53.020	15.283	28,8	(5.844)	(1.676)

Fontes: MICT/SECEX e MF/SRF

(*) Até 1994, UE dos 12

A partir de 1995, UE dos 15

Elaboração: DPC/MRE

3) Comércio agrícola

• As Exportações brasileiras para a União Européia totalizaram, em 1998, US\$14.122 milhões, dos quais US\$6.747 milhões representaram as principais exportações agrícolas. Dos principais produtos agropecuários, destacaram-se soja em grãos (US\$1.550 milhões) farelo de soja (US\$1.257 milhões), café em grão (US\$1.173 milhões), suco de laranja (US\$822 milhões), fumo em folhas (US\$422 milhões) e couros e peles (US\$354 milhões). Principal mercado para o agronegócio, a União Européia foi responsável, no ano passado, por 28,84% das exportações totais do Brasil.

• A alíquota média da União Européia é de 6,7%, mas a estrutura tarifária contém tarifas mais elevadas para os produtos de maior valor agregado. A tarifa para soja em grão, por exemplo, é zero, enquanto o óleo de soja é taxado em 7%. A escalada tarifária afeta, ainda, os setores de fumo, de couros e de café solúvel brasileiro, onerado com uma tarifa superior à do grão. O café solúvel brasileiro enfrenta, igualmente, a concorrência do café solúvel oriundo de países que se beneficiam do regime drogas no âmbito do SGP. Adicionalmente, a UE pratica tarifas muito elevadas para a importação de certos produtos, como açúcar (248%) e carne bovina (141,5%), o que praticamente limita o comércio à utilização das quotas tarifárias existentes para esses produtos.

• Os problemas de acesso a mercados para os produtos do agronegócio brasileiro são acrescidos por barreiras não-tarifárias, de natureza sanitária

ou fitossanitária, que afetam as exportações de produtos agrícolas, como a carne bovina e as frutas.

4) Investimentos

• Os capitais privados provenientes de países-membros da União Européia – em especial, Alemanha, Itália, Reino Unido e França – contribuíram de modo decisivo para o surto de industrialização brasileira dos últimos trinta anos, notadamente nos setores automobilístico, mecânico e petroquímico. Nas décadas de 60 e 70 verificou-se extraordinária expansão dos investimentos europeus no País, retomada agora na década de 90.

• Embora os Estados Unidos sejam, isoladamente, o maior investidor no Brasil, o conjunto das empresas européias tem-se revelado mais ativo. De fato, o mercado brasileiro é relativamente mais importante para as empresas européias do que para as norte-americanas. Empresas francesas e alemãs, por exemplo, têm investido no Brasil quase nos mesmos níveis que nas economias emergentes asiáticas. Entre os investidores europeus em 1996, os maiores foram França, Espanha e Holanda.

• As empresas européias são as maiores participantes nos investimentos resultantes do processo de privatização do Governo brasileiro. A privatização da Light, por exemplo, trouxe US\$1.384 milhões em investimentos estrangeiros ao Brasil, por meio de um consórcio liderado pela Electricité de France. O setor de telecomunicações beneficiou-se de US\$564 milhões em decorrência da venda da CRT para um consórcio liderado pela Telefónica, da Espanha.

• O quadro a seguir, com dados de 1995, relaciona os principais países investidores no Brasil.

Table 2. Stock of foreign investment (direct and portfolio) in Brazil at 30 June 1995, by source
(US\$ million) ^{1,2}

Source	Investments	Re-investment	Total	Share of total (%)
Total	45 504	12 579	58 083	100.0
United States	17 427	3 003	20 430	33.2
Germany	5 029	2 845	7 874	13.6
Japan	3 460	900	4 360	7.9
United Kingdom	3 612	729	4 341	7.5
France	2 036	1 150	3 186	5.5
Netherlands	1 734	707	2 441	4.2
Italy	2 004	422	2 426	4.2
Switzerland	1 344	779	2 123	3.7
Canada	1 272	612	1 884	3.2
Bahamas	1 230	13	1 243	2.1
Sweden	352	273	625	1.1
Paraguay	458	128	586	1.0
Belgium	267	305	572	1.0
Luxembourg	498	130	628	1.1
Bermuda	803	14	817	1.4
Argentina	146	218	364	0.6
Lebanon	323	32	355	0.6
Portugal	319	19	338	0.6
Kuwait	268	0	268	0.5
Netherlands Antilles	270	32	302	0.5
Australia	248	9	257	0.4
Other	2 204	250	2 453	4.2

1. Conversion to US dollars at the parity of 30 June 1995. Investments in portfolio, Fixed-income Funds, Foreign Capital and Privatization Funds are included. Distribution by holding's country.

2. Inter-company loans, bonds, commercial paper and notes are not included.

Source: Central Bank of Brazil

5) Sistema Geral de Preferências (SGP)

- Em 1996, segundo dados da UNCTAD (vide quadro anexo), cerca de 20.9% das exportações do Brasil para a UE (US\$ 2,7 bilhões) se beneficiaram do programa do SGP comunitário. Praticamente desde a implantação do SGP da UE (1971), o Brasil tem sido considerado um **major supplier**, situação que tem conduzido as exportações brasileiras a sofrerem retirada significativa de preferências ao longo do tempo.

- A partir de 1995, as autoridades comunitárias introduziram reformas no SGP, com a substituição do sistema de quotas e tetos pelo de modulação tarifária (margens de preferências diferenciadas de acordo com o grau de sensibilidade dos produtos) e adoção do mecanismo de graduação (retirada de produtos e/ou setores de produtos de um determinado país beneficiário ou mesmo o país como todo, por ser considerado suficientemente competitivo/desenvolvido). A reforma do SGP, como já era de se esperar, uma vez que a tendência demonstrada pelas autoridades comunitárias tem sido a de paulatinamente reservar o SGP para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, eliminou importantes benefícios preferenciais de que o País gozava, sobretudo na área do SGP para produtos agrícolas.

- Na área do SGP agrícola, a instituição, desde 1991, do chamado Regime Drogas dentro do SGP (capítulo à parte que concede preferências especiais, mais vantajosas, aos países andinos e certos centro-americanos, com o intuito de combater o narcotráfico) tem ocasionado, dado o caráter discriminatório do regime, perdas adicionais para as exportações brasileiras para a UE. Pela ordem decrescente de perdas, que as exportações brasileiras dos seguintes produtos estão sujeitas a impacto mais significativo do Regime Drogas: café (vide capítulo seguinte, sobre Principais Contenciosos entre o Brasil e a UE); suco de laranja congelado; cigarros contendo fumo; fumo (tabaco) total ou parcialmente destalado; outras preparações e conservas de carne bovina; fumo (tabaco) não destalado; óleo de soja em bruto. A conjugação dos dois efeitos pode, porém, resultar – como tem resultado – em perdas particularmente difíceis de absorver por parte de setores menores como os dos produtores de flores tropicais no Nordeste do Brasil.

- Em maio de 1998, a UE adotou regulamento sobre a implementação das chamadas cláusulas ambiental e social do regime especial de incentivos do SGP comunitário. O regulamento prevê a concessão de margem preferencial adicional a países que

encaminharem solicitação nesse sentido, desde que comprovem respeitar normas ambientais e sociais internacionalmente reconhecidas sobre a matéria. O Brasil não tenciona aderir ao regime especial de incentivos, pelo fato de a aceitação dessas condições contrariar as linhas gerais da política comercial brasileira, além de ser bastante reduzida a perspectiva de ganhos comerciais.

6) Principais contenciosos comerciais entre Brasil e UE

- Diversos contenciosos, discutidos tanto bilateralmente quanto na OMC, têm marcado as relações comerciais entre o Brasil e a UE. Relaciona-se, abaixo, alguns daqueles contenciosos:

- *SGP/Café Solúvel*: A fim de questionar o tratamento discriminatório das exportações brasileiras de café solúvel em relação ao Regime Drogas do Sistema Geral de Preferências da UE – e, eventualmente, estabelecer um painel para arbitrar sobre a questão –, o Brasil solicitou, em dezembro último, consultas junto à UE na OMC. Na segunda quinzena de janeiro, em Genebra as duas partes deverão realizar encontro para as referidas consultas.

- *Investigações anti-dumping*: a única investigação na Comissão Européia sobre produtos brasileiros concluiu-se em novembro passado, a respeito das importações comunitárias de **hardboard** nacional, produzidos pelas empresas Eucatex e Duratex. O Comitê Antidumping do Conselho Europeu, em novembro passado, decidiu pela não-imposição de direitos definitivos sobre o produto brasileiro. Cumpre destacar que o Governo brasileiro apresentou-se como parte interessada desde o início das investigações sobre o **hardboard** e participou ativamente do processo, tendo realizado gestões junto a Sir Leon Brittan, Vice-Presidente da Comissão Européia, bem como nas capitais dos países-membros, no sentido da não-imposição de direitos anti-**dumping** definitivos ao produto nacional.

- Em setembro passado, encerrou-se também a investigação anti-**dumping** realizada pela Comissão Européia contra as importações comunitárias de glutamato monossódico proveniente do Brasil. Neste caso, não foi possível excluir o produto nacional da referida investigação e a Comissão terminou por impor direitos definitivos de 17,8% sobre o glutamato brasileiro.

- Vale lembrar, por fim, que foram encerrados, em 1998, sem a imposição de direitos anti-**dumping**, processos sobre as importações comunitárias, provenientes do Brasil de ferro-silício, ferro-silício-manganês e silício metálico.

- **Carne de frangos:** Em 1997, o Brasil solicitou a formação de um panel na OMC em razão da distribuição da quota tarifária – compartilhada com outros países, inclusive com a China, que não é membro da OMC – e do próprio sistema de administração das quotas – que impedia os exportadores brasileiros de distinguir entre exportações isentas de tarifas, isto é, ao amparo da quota tarifária, das exportações extra-quota. O panel concluiu seus trabalhos em fevereiro de 1998, tendo chegado a conclusões contrárias, em geral, às teses brasileiras; o Órgão de Apelação também não acolheu o cerne da queixa brasileira. Julgou, no entanto, que a UE deveria reformular sua metodologia de cálculo de "preços de referência", para adequá-la aos dispositivos do Acordo de Agricultura, o que se aplica também a todos os mercados para os quais se utiliza aquele mecanismo. Em outubro passado, a Comissão Europeia e o Governo brasileiro acordaram que a implementação daquela recomendação do Órgão de Solução de Controvérsias será feita até 1º de abril de 1999.

- **Setor automotivo:** Na última revisão do sistema de quotas tarifárias para a importação de automóveis de montadoras que não participam do regime automotivo brasileiro, ocorrida em agosto passado, as empresas da União Europeia foram beneficiadas com um aumento na participação global do total de 50.000 veículos de 19,5% (no período agosto/96 a agosto/97) para cerca de 27% (entre agosto/97 e agosto/98). No dia 3 de setembro passado, foi publicado o Decreto que renovou, por doze meses, o sistema de quotas-tarifárias para a importação de automóveis de montadoras que não participam do regime automotivo brasileiro. No Decreto, foi mantida a mesma alocação de veículos entre os beneficiários (União Europeia, Japão e Coreia), que no período de agosto/97 a agosto/98.

- **Amianto:** O Brasil vê com preocupação a possibilidade de banimento, pela UE, do uso de amianto, sob todas as suas formas. O Brasil produz, em uma única mina, asbesto crisotila, também conhecido como "asbesto branco". As demais minas foram desativadas. A produção obedece aos mais altos padrões de segurança e a unidade é operada nos termos de acordo específico entre a empresa, sindicatos de trabalhadores e Governo (Ministério do Trabalho). O Governo e segmentos interessados estão convencidos de que não existem bases científicas comprováveis e inquestionáveis que justifiquem o eventual banimento, em exame pela União Europeia.

- O Canadá solicitou a abertura de panel sobre o tema, no qual o Brasil participará como terceiro interessado.

- **MP 1569:** Na OMC, a União Europeia solicitou ao Brasil consultas sobre medidas de contratação de câmbio na importação, particularmente a Medida Provisória 1569. As consultas terminaram de forma inconclusiva, mas foi possível demonstrar que as medidas não contêm qualquer disposição que restrinja importações, que crie obstáculos ao financiamento ou dificulte a obtenção de crédito; caso haja efeito sobre o comércio, este é muito menos evidente do que quiseram dar a entender os países que solicitaram a consulta. A União Europeia não mais se pronunciou sobre o assunto e não se sabe se pretende dar continuidade ao processo de consultas ou de solução de controvérsias na OMC.

7. Selo Verde da UE

- Os atuais critérios da UE para a certificação e rotulagem ambiental de papéis finos são discriminatórios contra o produto brasileiro, tendo em vista que não contemplam outras formas de produção de papel que não a reciclagem. O setor exportador brasileiro demonstra que a fabricação de papel a partir de fibras virgens e com base no remanejo florestal, é tão ou mais ambientalmente saudável que o processo de reciclagem.

- Atualmente, selo verde europeu está passando por uma fase de revisão de seus critérios – motivada, basicamente, pela falta de interesse por parte das próprias empresas europeias naquele esquema de certificação e rotulagem.

8. Lei Brasileira de Transportes Aquaviários

- A União Europeia solicitou consultas às autoridades brasileiras a respeito da Lei de Transportes Aquaviários e do Registro Especial Brasileiro de Embarcações (REB), sob a alegação de que aquela lei favorece embarcações de bandeira nacional ao desonerá-las de custos trabalhistas e fiscais.

- Parece razoável afirmar que, durante as consultas, a delegação brasileira logrou desarmar as ameaças europeias de levar a questão ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC, respondendo satisfatoriamente a uma nova série de questionamentos da UE sobre o REB. O Brasil salientou que, a fim de assegurar competitividade no mercado internacional, a lei equipara os custos das embarcações brasileiras àqueles de países que oferecem vantagens às suas próprias bandeiras.

9. Relacionamento Mercosul – União Européia

- O Mercosul e a União Européia assinaram, em dezembro de 1995 o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, instrumento de transição para uma futura "Associação Inter-regional" entre as partes, cujo pilar básico seria a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contempla objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio-ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros). Nenhum tema foi excluído *a priori* do escopo do acordo.

- Foram realizados, no âmbito do Acordo-Quadro, vários encontros entre os dois agrupamentos, tanto no plano econômico (comissão Mista, Subcomissão Comercial e Grupos de Trabalho) quanto no político (mecanismo de diálogo político).

- Em maio de 1998, em Bruxelas, a IV Reunião da Subcomissão Comercial tomou nota da conclusão da "fotografia" (diagnóstico) do relacionamento entre os dois agrupamentos, requisito técnico que precede a avaliação e a definição do mandato negociador.

- A Comissão Européia, no dia 22 de julho último, adotou recomendação ao Conselho para a obtenção de mandato para negociar uma associação inter-regional para o Mercosul. O projeto aprovado contempla o desenvolvimento de parceria política, o reforço de atividade de cooperação e a criação de uma zona de livre comércio que deverá considerar a sensibilidade de certos produtos e respeitar as regras da OMC. Cabe, agora, a cada país, examinar o projeto de mandato e pronunciar-se sobre a conveniência de iniciar as negociações.

- A respeito das tratativas sobre liberalização comercial com a UE, os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, em seu comunicado conjunto de reunião realizada em Ushuaia (24 de julho último), "manifestaram seu interesse de que avancem os entendimentos com a União Européia e reiteraram a necessidade de que as negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio inter-regional sejam abrangentes e não excluam nenhum setor de interesse essencial para as economias dos Estados Partes".

- Em junho de 1999, será realizada, no Rio de Janeiro, a Cimeira América Latina e Caribe – União Européia, que reunirá Chefes de Estado e de Governo. Na ocasião, poderão ser lançadas negociações de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Européia.

10. Cimeira América Latina e Caribe – União Européia

- Em cumprimento à Declaração de Assunção da XI Cúpula do Grupo do Rio (agosto de 1997), deverá realizar-se, nos dias 28 e 29 de junho de 1999, no Rio de Janeiro, a Cimeira entre a América Latina e Caribe e a União Européia, reunindo os Chefes de Estado e de Governo das duas regiões.

- A agenda de trabalho da Cimeira deverá contemplar três conjuntos básicos de temas: Assuntos Políticos; Assuntos Econômico-Comerciais e Assuntos Culturais-Educativos-Humanos. Nesse contexto os Chefes de Estado e de Governo deverão debater, no contexto político, questões tais como a consolidação da democracia, proteção dos direitos humanos, promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecimento do multilateralismo, desarmamento, bem como refletir sobre a cooperação no combate ao narcotráfico, terrorismo, tráfico de armas e corrupção.

- No que diz respeito aos temas econômicos-comerciais, a Cimeira proporcionará ocasião para um intercâmbio de idéias sobre negociações comerciais multilaterais, acesso a mercados, fluxos de investimentos, integração regional, entre outros assuntos, com vistas à ampliação das relações econômicas, comerciais e financeiras entre as duas regiões. Cabe assinalar a resistência da parte comunitária de incluir, entre os temas acima, a questão dos fluxos financeiros.

- O último conjunto de temas será dedicado à cooperação nas áreas da educação e cultura, à cooperação técnica e científica, à proteção dos patrimônios culturais e aspectos relativos à questão da mulher e à perspectiva de gênero.

- Finalmente, a Cimeira deverá produzir, em princípio, uma Declaração Política, que resuma os acordos alcançados entre os Chefes de Estado e de Governo, e um segundo documento de caráter operativo, que apresentará uma lista de ações conjuntas – relacionadas com os tópicos da agenda – a serem implementadas pelas duas regiões.

III: Informações Gerais

Dados Básicos

Área: 3.249.949 km²

População: 370 milhões (1998)

Densidade Demográfica: 113 hab/km² (1998)

Países-Membros: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos (1958); Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973); Grécia (1981); Es-

panha, Portugal (1986); Áustria, Finlândia, Suécia (1995).

Autoridades

Presidente da Comissão: Jacques Santer (Luxemburgo)

Presidência Rotativa: Alemanha (1999), Finlândia (1999), Portugal (2000), França (2000), Suécia (2001), Bélgica (2001), Espanha (2002), Dinamarca (2002) Grécia (2003).

Principais Indicadores Econômicos e Financeiros

PIB: US\$8,0 trilhões (est. 1998)

Crescimento do PIB: 2,4% (est. 1998)

Taxa de Inflação: 2,6% (últimos 12 meses)

Taxa de Desemprego: 10% (est. 1998)

Balança Comercial: superávit de US\$75 bilhões (1997)

h

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 17/99, de 19 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 587, de 1998, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Está facultada a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Tem a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a atual crise, nossa preocupação é grande, principalmente com o desemprego que se espalha no País. Por isso, neste fim de semana, estive no Nordeste, especificamente em Recife e Natal. Tive a oportunidade de visitar o Centro Industrial de Natal, que recebeu inúmeros recursos não só da Sudene como financiamentos de outros órgãos federais. Há o exemplo da

cidade de Anápolis, em Goiás, cujo Centro Administrativo está desativado. O Brasil precisa produzir. O BNDES, a Sudam, a Sudene, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste deveriam fazer um levantamento, a interesse do Governo Federal, para que aproveitassem as instalações, as indústrias, onde já foram aplicados milhões e milhões de dólares. A essas áreas financeiras dever-se-ia dar atenção especial. Para a concessão de financiamentos, deveria ser feito um estudo profundo para que os recursos não fossem aplicados só na construção, mas também no funcionamento daquelas indústrias.

Recentemente, tive oportunidade de visitar em Natal fábricas de suco fechadas. Ali, produz-se um dos melhores abacaxis. O plantio da manga, altamente produtiva, do caju e de tantas outras frutas deveria estar recebendo incentivo do Governo, a fim de que tais indústrias tivessem matéria-prima para funcionar. Todavia, lamentavelmente, o que se vê no País é falência total, desemprego monstruoso, muitos recursos aplicados sem atender a nenhum objetivo. A Sudam, por exemplo, financiou vários empresários e setores produtivos, mas como não houve uma fiscalização continuada, muitos deles ficaram parados. Hoje, diante da crise por que passa o Brasil e da necessidade de o País produzir e exportar, gerando emprego, cabe ao Governo, à área econômica e aos órgãos que financiaram essas empresas rever a situação de empresários falidos, visando geração de emprego.

Também visitei Ilhéus há poucos dias e constatei que o Banco do Nordeste tem recursos autorizados por esta Casa, dinheiro para financiar a produção do cacau ou a recuperação dos cacauais daquela região. Muitos dos fazendeiros que lidam com aquela cultura não utilizam recursos do Banco do Nordeste porque estão inadimplentes com o Banco. Se o Governo, por meio de sua área econômica, prorrogou e perdoou dívidas de Estados, por que não perdoar dívidas dos produtores de cacau, principalmente para aproveitar a tecnologia que se conseguiu com os estudos da Ceplac, órgão que recebeu muitos investimentos do Governo e já tem uma solução para recuperar os cacauais do País? Por falta desse incentivo é que o povo da cidade de Ilhéus e outros produtores, inclusive na Amazônia e em Rondônia, estão sem poder desenvolver uma cultura que tem mercado, é praticamente toda exportada. Isso representa dólares para o País e seria um investimento seguro, diferente de como está sendo feito na construção de várias indústrias. Por que financiar uma indústria para produzir um determinado produto

se não há a matéria-prima? Desse modo o Governo joga fora milhões e milhões financiando esse tipo de obras. Isso não é bom, está na hora de uma revisão em todas essas frentes; está na hora de a área econômica funcionar; está na hora de rever este Brasil. Por isso, trouxe a nossa preocupação. Oxalá os representantes da área econômica, os bancos, a Sudene, a Sudam, o BNDES revejam os projetos já financiados, que, com poucos recursos, podem ser reativados e, além disso, façam novos investimentos tanto no cultivo de árvores frutíferas, cujo suco servirá de matéria-prima para as indústrias, quanto na cacauicultura, cultura que, com os investimentos necessários, é altamente produtiva e pode trazer lucro e emprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está facultada a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade que V. Ex^a me confere para fazer algumas considerações a respeito de nota veiculada hoje no **Jornal do Brasil**, relativamente à implementação do novo Código Penal.

Existe, no âmbito do Ministério da Justiça, uma Comissão Especial encarregada de formular sugestões para o novo Código Penal Brasileiro – o último é da Era Vargas, em 1942. Gostaria de chamar a atenção dos eminentes Pares desta Casa e dos membros do Congresso Nacional para alguns pontos polêmicos da matéria.

Sr. Presidente, temos conhecimento de que a matéria, da maneira como está sendo examinada no Ministério da Justiça, propõe a permissão de aborto para alguns casos. Hoje o aborto é legal só em caso de estupro ou de risco – comprovado – de vida da gestante. Creio que isso é perfeitamente aceitável; por isso foi introduzido no Código Penal. Agora, pretendem introduzir três casos, ou seja, o aborto será permitido quando houver grave risco de saúde para a gestante; agressão física ou moral, ou impossibilidade de sobrevivência do feto.

Sr. Presidente, são aspectos de ampla abrangência e difícil conceituação. A permissão do aborto quando há grave risco de saúde para a gestante está contido no dispositivo já existente, qual seja, no caso de risco de vida para a gestante. Entretanto, como conceituar "grave risco de saúde"? A Medicina

tem evoluído bastante. Algumas enfermidades preponderam em gestantes; outras, como o diabetes, podem complicar com a gravidez. Então, toda mulher diabética poderá fazer aborto? Toda mulher gestante, se contrair diabetes – que pode ocorrer em qualquer fase da vida – estará autorizada a fazer aborto?

O aborto também será legal quando houver agressão física ou moral. Pergunto a V. Ex^{as}: que tipo de agressão física ou moral justificará o aborto? O estupro é uma agressão física e moral. Esse caso confunde-se com o aborto já permitido no Código Penal – o caso de estupro. Vamos permitir que apareçam outros conceitos que ampliem indefinidamente os casos de abortos permitidos pela legislação brasileira?

Sr. Presidente, sabemos que há investidas de diversos setores da sociedade, no âmbito do Congresso Nacional, para que se permita o aborto de uma vez por todas no nosso País.

A maioria dos grupos feministas defende que compete à mulher decidir se ela pode ou não levar a termo aquela gravidez. Nós não concordamos com isso, porque hoje existem numerosos métodos contraceptivos e de fácil utilização, como a camisinha, por exemplo. Conforme demonstram inúmeras reportagens, muitos homens, ditos machistas, não aceitam usar camisinha por essa ou aquela razão, mas existe a "camisinha feminina" que as mulheres, principalmente as de vida livre, podem e devem usar.

Então, há os mais diversos métodos contraceptivos que mulheres ou homens podem e devem usar. Portanto, não se pode generalizar e permitir aborto em todos os casos. Isso eu considero perigoso. Temo que esse dispositivo que se pretende incluir no Código Penal não seja devidamente apreciado no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o Código Penal também tratará de assédio sexual. Sabemos que, em relação a essa questão, existe, sobretudo nos Estados Unidos, uma verdadeira hipocrisia. Sabemos que os chefes de funcionárias públicas, via de regra, hostilizam essas funcionárias oferecendo favores em troca daquilo que pretendem. No caso de isso ocorrer, se a pretensão do chefe não for atendida e isso resultar em represália, evidentemente deve haver punição. Mas sempre considere um absurdo a prisão do ex-campeão mundial de boxe, Mike Tyson, condenado por estupro de uma miss americana, que foi ao apartamento dele em torno das duas horas da madrugada. O ex-campeão dos pesos pesados, um fenômeno do

boxe contemporâneo, passou mais de três anos na cadeia por isso. Essa questão envolve muita hipocrisia, portanto, é matéria que têm de ser muito debatida no Congresso Nacional.

Outra matéria, Sr. Presidente, chama a atenção: a eutanásia ou morte induzida. Há, a propósito, um projeto do eminente Senador Gilvam Borges que preconiza a eutanásia para casos de doenças terminais que causem muito sofrimento.

O Código Penal proporá a redução da punição existente hoje para a eutanásia. E tratará da eutanásia passiva: a ortotanásia – o médico ou o assistente deixa de administrar medicamentos que poderiam prolongar uma vida que, como já se sabe, não resistirá àquela determinada enfermidade. A ortotanásia deve ser bem debatida no Congresso Nacional e que poderá, quem sabe, se for da opinião da maioria, ser implementada no País; mas nunca a eutanásia.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para trazer à reflexão dos nobres Pares essas questões que serão inseridas no novo Código Penal Brasileiro que está sendo formulado no âmbito do Ministério da Justiça.

Nós ajudamos o eminente Senador Josaphat Marinho a elaborar o Código Civil, que está parado na Câmara dos Deputados – conforme foi ressaltado aqui por ocasião do discurso de despedida do nosso querido e eminente Senador Josaphat Marinho, um dos mais ilustres que este Congresso já teve. Nós achamos que essas questões devem merecer apreciação célere, porém, acurada, da Câmara dos Deputados. Não deve haver açodamento para estudar a matéria. Ela deve ser devidamente estudada e analisada à exaustão para não instituímos neste País leis de difícil aplicabilidade. Era esse o assunto sobre o qual gostaria de falar, trazendo como sugestão aos colegas o exame destes novos três casos de permissão de aborto que se pretende implementar no Código Penal Brasileiro: grave risco de vida à saúde – não sabemos qual será a conceituação dessa expressão, mesmo porque já existe –, risco iminente de vida da parturiente e agressão física ou moral. Sinceramente não entendi bem, pois, entendendo que essa última situação se enquadraria perfeitamente nos casos de estupro, hipótese em que o Código Penal já permite o aborto.

Com relação à impossibilidade de sobrevivência do feto, estou de acordo por não haver, nesse caso, nenhuma condição de sobrevivência. Cito, como exemplo, a anencefalia. São fetos que não apresentam a formação da abóbada craniana e que nascem com vida, mas, em seguida, perecem. Em situações

desse jaez, aceito que se autorize o aborto. O desenvolvimento tecnológico na medicina permite apurar essas anomalias com cerca de 100% de exatidão.

É esse o tema que trago para a atenção dos eminentes pares desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, está presente o Senador Carlos Patrocínio, que, na semana última, junto comigo e mais outros parlamentares, durante quase quarenta horas ficou trabalhando na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, onde conseguimos, na madrugada de sexta para sábado, a aprovação do texto que provavelmente na quarta ou quinta-feira será apreciado em caráter definitivo pelo Plenário do Congresso Nacional.

Não é sobre Orçamento que quero falar, Sr. Presidente. É sobre a missão árdua, difícil que nos foi confiada – a mim, como Relator, portanto como coordenador dessa peça que deve espelhar o rumo do País para 1999 –, em razão da responsabilidade que assumimos. Quando digo "assumimos", digo os relatores setoriais adjuntos, o Comitê de Avaliação e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que talvez, nos últimos anos, jamais tenha trabalhado de forma tão unida, de forma tão sintonizada, consciente das responsabilidades que ainda pesam sobre nossos ombros, de refletir os anseios da Nação e de oferecer ao País uma peça que, além de transparente, sobretudo possa demonstrar os anseios da Nação brasileira, desafogar a vontade brasileira, que outra coisa não é senão a nossa luta incessante para, através dos tempos, mas sem mais tardança, contribuir para eliminar as grandes desigualdades regionais existentes no País.

Tivemos que estudar bastante, e por isso acentuou-se dentro de mim a convicção de que agora está no caminho certo a economia brasileira, sobre a qual tantos diagnósticos existem, mas nenhuma solução, em que pese o brilhantismo dos nossos economistas, até agora foi encontrada para resolver ou dar o verdadeiro caminho que possa contribuir para a diminuição das desigualdades regionais e, por fim, a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Orçamento significa cidadania. Na defesa dessa cidadania, estudamos muito, pesquisamos bastante, detalhamos a peça orçamentária o mais que

pudemos fazê-lo, e a conclusão a que cheguei é que o que aconteceu ultimamente com a política econômica brasileira em relação à liberação ou flexibilização do câmbio veio com bastante atraso. Eu não diria que, desde quando foi implantado o Real, já tivéssemos que ter adotado a liberação do câmbio. Não digo isso. Mas, com o correr dos tempos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, talvez empolgados com o real, talvez empolgados com a queda da inflação, pudéssemos ficar enganados por algum tempo, ou por muito tempo, de tal ordem que essa flexibilização, essa desvalorização do câmbio tivesse demorado tanto a chegar. Acredito que veio em boa hora, embora tenha surgido em meio a uma crise, na tentativa de solucionar talvez a mais grave crise da economia brasileira.

Mas estou convencido, pelas observações, de que, agora sim, a retomada do crescimento poderá acontecer. Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o quanto a economia brasileira ficou engessada nesses últimos tempos; o quanto de prejuízo tivemos na balança comercial de pagamentos, entre as importações e as exportações; o quanto este País já gastou e o quanto ficou prejudicada, sensivelmente prejudicada, uma das âncoras mais fortes de sustentação do Plano Real, que é a nossa agricultura; o quanto ela foi sacrificada ao longo dos desses anos e o quanto os agricultores foram desestimulados. Podemos afirmar que a agricultura brasileira, há muitos e muitos anos – a frase é do Senador Edison Lobão, e eu a tenho repetido muitas vezes –, "há mais de dez anos, a produção de grãos neste País patina em torno de 80 milhões de toneladas de grãos."

Desde quando eu era superintendente da antiga Sudeco, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, vejo o quanto este País foi sacrificado a partir da sua economia primária, a economia que vem do campo. Hoje, acredito que vamos tomar um novo rumo. Vai haver a retomada do desenvolvimento, que, acredito, virá do campo, virá por meio da produção agrícola, do melhor aproveitamento das nossas terras. Tenho plena convicção disso. Acredito que chegou a hora de a nossa agricultura voltar a crescer, depois de tantos e tantos anos, e deixarmos de importar arroz, trigo, feijão e exportarmos esses produtos, exportarmos carne bovina, frango, depois de abastecer o mercado interno.

Estou plenamente convencido, volto a afirmar, de que, passados esses meses de incerteza, o Brasil vai encontrar o seu verdadeiro caminho. Passados esses instantes de acomodação, do mercado interno e do mercado internacional, e o Brasil conven-

cido de que tem que caminhar com suas próprias pernas, mais do que isso, convencido de que tem capacidade de caminhar com suas próprias pernas, tenho plena convicção de que haveremos de reencontrar o tão desejado crescimento.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Ramez Tebet, V. Ex^a centra seu magnífico – como sempre – pronunciamento em duas questões principais: primeiramente, aborda a dificuldade encontrada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciar a peça orçamentária para 1999. É verdade, eminente Senador, que os membros daquela comissão, sobretudo o Relator-Geral, o Presidente, os relatores setoriais – dentre os quais me incluo – e a assessoria, todos nós fomos à exaustão, trabalhando desde as 10h da última sexta-feira até altas horas do domingo, ininterruptamente, para que o Congresso Nacional pudesse apreciar a peça orçamentária amanhã ou depois de amanhã, de acordo com a vontade do eminente Presidente do Congresso Nacional. Cabem aqui os cumprimentos efusivos a V. Ex^a, como Relator-Geral. Talvez tenha sido um dos maiores desafios de sua vida, porque V. Ex^a pegou um orçamento magro, caquético, amorfo, em que praticamente não existiam investimentos; só se via pagamento de pessoal, encargos sociais, serviço da dívida, amortização da dívida, precatórios e quase nada para investimento neste País. E sabemos que, sem investimento, não poderemos tirar esta Nação do caos que se prenuncia. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex^a por dar um rumo à peça orçamentária, sinalizando que deve haver investimentos e deve haver produção, destinando recursos para a irrigação, para a restauração da malha rodoviária, que se encontra em situação lamentável, a fim de que se implemente a agricultura. E o mais importante, eminente Senador Ramez Tebet: é necessário diminuir as desigualdades, procurando conferir, cada vez mais, a condição de cidadania a cada brasileiro, pois sabemos que um cidadão de São Paulo tem à sua disposição cerca de R\$60,00 para o atendimento médico-hospitalar, enquanto um do Norte ou do Nordeste, via de regra, não possuía nem R\$30,00. A Comissão Mista de Orçamento pelo menos deu sinais de que tais distorções devem ser exterminadas, ainda que paulatinamente, das peças orçamentárias e de todas as previsões de aplicação de recursos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a

por sua condição de Relator-Geral. Paciente, demonstrou capacidade física e sobretudo psíquica, pois às vezes foi até agredido por Bancadas de alguns Estados, mas manteve a calma, a serenidade e acabou por dar ao País um Orçamento – não aquele que esperávamos, mas pelo menos o possível. E, no que concerne à produção, V. Exª está ainda mais coberto de razão. Creio que só com a produção agropecuária o Brasil resolverá seu problema crônico de crises.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, referi-me ao Orçamento apenas porque tivemos que estudá-lo, quando então concluí que essa flexibilização maior do câmbio já veio tarde demais, que já devia ter vindo antes. No entanto, já que V. Exª toca no Orçamento, não posso perder a oportunidade de dizer do seu trabalho como Relator setorial. E faço isso sem diminuir qualquer outro colega que trabalhou, porque disse isso de público e não fui o primeiro a fazê-lo; apenas fiz coro àqueles outros que reconheceram no trabalho de V. Exª – que nesta Casa tão bem representa o Estado de Tocantins – o mais criterioso dos trabalhos setoriais do Orçamento.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Senador Ramez Tebet, V. Exª permite-me um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Nobre Senador Ramez Tebet, falando em Orçamento, ele não poderia estar tão seguro, tão bem feito e tão preparado quanto esteve nas suas mãos. E o que me chama a atenção é a problemática do desenvolvimento da agricultura. Se este País tivesse investido nessa área, teria sustentado o Plano Real por mais tempo, mesmo na situação em que está. Aqui se debate, mostra-se a necessidade desses investimentos, nomeia-se Ministro da Agricultura, mas não se concedem a ele os recursos necessários para uma política de desenvolvimento, o que também ocorre em outros setores. Nessa viagem que fiz ao Nordeste, vi que em Recife está sendo construindo um monstruoso prédio do Judiciário. Aqui em Brasília, se não me engano abaixo dos palácios, está-se construindo outra obra fantasiosa, megalomaniaca e suntuosa para um órgão do Judiciário. Contudo, não se investe na agricultura. Meu Estado e o Estado de V. Exª, o Mato Grosso do Sul, têm vocação para a pecuária. A exemplo do Maranhão, deveríamos hoje estar exportando muita carne, para o mundo inteiro, faminto como está. Em vez disso, meu Estado está cheio da fumaça das queimadas, que permanecem

por alguns meses e impedem os aviões de aterrissarem. O Ministério do Meio Ambiente reclama, mas, se a pecuária tivesse recebido apoio, a fumaça proveniente das queimadas poderia ter sido transformada em carne, em alimentos. Nunca a agricultura teve a atenção devida. Oxalá que, de agora em diante, todos nós pensemos em ajudar, solicitando ao Presidente da República e à área econômica que cuidem melhor desse setor, que é um meio de o nosso País sair da crise e gerar os empregos necessários. Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita honra, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Meu caro colega Ramez Tebet, nesta tarde calma, leniente, V. Exª examina a situação da economia brasileira, que a todos nós preocupa, mas não é motivo para alarmes. Tenho a consciência de que o Governo está, de fato, tomando as providências inteligentes e competentes, a fim de conter as dificuldades alardeadas. Confio no Governo, no Presidente da República e na sua equipe econômica. Por confiar neles e sobretudo na capacidade de reação deste País, não tenho dúvidas de que sairemos não do caos de que tanto se fala, porque ele não existe, mas das dificuldades que estamos atravessando, que existem e são transparentes à vista de todo brasileiro. Não posso deixar de agradecer a V. Exª pela citação tão generosa do meu nome, quando fala de uma parte do meu discurso a respeito da agricultura. Sempre entendi, como entende V. Exª, que ela é um caminho seguro para o crescimento e para o progresso deste País; é um setor no qual precisamos investir com esforço, mas principalmente com criatividade, porque aí está um caminho claro, uma avenida ampla para o progresso do Brasil. Por último, cumprimento V. Exª pelo trabalho notável que fez na Comissão de Orçamento. A Lei Orçamentária, sem dúvida nenhuma a mais importante que se vota ordinariamente no Congresso Nacional. Trata-se de uma lei que depende fundamentalmente do Relator, do Presidente e dos Relatores Adjuntos, que trabalharam com afinco, com interesse, com inteligência e com competência. V. Exª foi uma espécie de maestro, que regeu aquela orquestra extraordinária, compondo a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Todos se dedicaram profundamente para a elaboração

do Orçamento, em um momento de dificuldades financeiras para o País, com restrições se impondo a cada minuto. Cumprimento V. Ex^a, portanto, pelo trabalho realizado, cuja peça está pronta para ser entregue à Presidência do Congresso Nacional para votação.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Os cumprimentos de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, representam um estímulo para mim.

Para reforçar nossa tese, a tese do Senador Ernandes Amorim, de que a agricultura será, no processo de retomada do crescimento do País, a vanguarda, os preços do café – um dos principais itens da pauta de exportações agrícolas que vinham registrando queda de 39% nos últimos 6 meses –, logo que foi anunciada a flexibilização cambial, avançaram 8%. O Brasil é o maior exportador mundial de açúcar, que teve reforçada a sua posição no exterior; e o segundo exportador de soja no mundo, que, desde a desvalorização cambial, já nos rendeu 13% a mais.

Todos indagam se o caminho está aberto para o retorno da inflação. Existe, pois, o medo da inflação, porque os brasileiros não a desejam, não vão admiti-la. A sociedade brasileira está consciente de que está chegando ao fim aquela cultura inflacionária que perdurou por tanto tempo. Poderá haver um período de acomodação, mas jamais o retorno à inflação, que corrói o salário do trabalhador brasileiro, que usurpa o sangue e o suor daqueles que vivem de míseros salários no Brasil.

Por intermédio da retomada do crescimento pela agricultura e pelo processo de agroindustrialização, haveremos de diminuir o maior fantasma que existe hoje no mundo: o medo de que o desemprego aumente cada vez mais. Os principais analistas afirmam que a retomada do desenvolvimento e do crescimento vai gerar uma diminuição na taxa de desemprego no Brasil, cujos números são verdadeiramente assustadores. Em meio a essa crise, haverá um equilíbrio que permitirá que cresçamos sem que haja o retorno ao processo inflacionário que, durante anos e anos, tanto prejudicou e aumentou as desigualdades entre as diversas classes existentes no nosso País. Estou animado. Estou plenamente convencido de que o Brasil vai partir para outro destino, para outro caminho.

V. Ex^a, por exemplo, disse que confia no Presidente da República. Os jornais divulgam que o Presidente da República deseja promover uma mobilização nacional em prol do desenvolvimento, ouvindo os diversos segmentos da sociedade brasileira, reu-

nindo-se com os trabalhadores e com o setor produtivo para que possamos adotar o que falta no Brasil: uma política agrícola verdadeira, uma política que estimule a produção industrial e que faça com que o Brasil explore a indústria do turismo, uma das principais atividades que geram emprego no mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso me anima profundamente e faz com que eu venha a esta tribuna não para comentar o Orçamento, pois pretendo fazê-lo na quarta ou quinta-feira, mas para dizer do meu ânimo ao ver que o País vai vencer a crise.

A globalização é um fato irreversível e cruel, que faz com que os países do mundo, entre os quais o Brasil, aprendam a caminhar sozinhos, adotando mecanismos de defesa de suas economias.

Estive há poucos dias nos Estados Unidos e qual não foi a minha surpresa quando li, em um dos importantes jornais do país irmão, que a sua produção de laranja estava ameaçada pela geada. Trata-se de uma advertência para o Brasil, visto que o problema pode não significar lucro para os produtores brasileiros, porque os Estados Unidos têm plenas condições de impor barreiras aos produtos exportados do nosso País.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se os grandes países tomam providências para a defesa de sua economia, porque um País emergente como o Brasil não vai adotar as medidas imprescindíveis para ajudar o seu processo produtivo?

Já que se falou tanto sobre Orçamento, aproveito a oportunidade para expor uma das grandes alegrias no meu trabalho como Relator do Orçamento – o Senador Carlos Patrocínio vibrou com a decisão – conseguimos dotar o Sistema Único de Saúde com a importância de R\$350 milhões, beneficiando 21 Estados brasileiros.

A renda **per capita** do SUS para um doente da Bahia era de R\$22,00, enquanto em São Paulo e no Rio Grande do Sul chegava a R\$64,00. Apenas seis Estados da Federação não tiveram ganho. Devemos isso à pertinácia e à dedicação das Bancadas estaduais. A Bancada da Bahia, liderada pelo nosso Presidente Antonio Carlos Magalhães, deu a palavra encorajadora, falando com as autoridades federais, fazendo com que dotássemos o Orçamento de R\$350 milhões para atender às necessidades do Sistema Único de Saúde e para promover uma melhor distribuição dos recursos. Um doente de uma grande metrópole do Brasil não vale mais que um doente de uma pequena cidade do interior do nosso País.

Ainda não estamos com os valores ideais, mas, pelo menos, nos aproximamos deles, demos passos avançados a fim de alertar as autoridades federais para nossa necessidade imperiosa de melhor distribuir a riqueza neste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou animado e confiante. O Brasil vai vencer a crise com a ajuda de todos os brasileiros, porque Deus é brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que esta Casa preparava-se para discutir e votar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 12, que "outorga competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transição de valores e de créditos e direitos de natureza financeira", assomamos a esta tribuna para alertar sobre a necessidade de excluir da incidência da CPMF os lançamentos para pagamento de quaisquer tributos.

O projeto de lei regulamentador, então em discussão, originário do Poder Executivo e que resultou da Lei nº 9.311/96, excluía da incidência da CPMF – atendendo a evidente critério de lógica, bom-senso e justiça fiscal – os saques destinados ao pagamento dela própria. Deixava, contudo, de conceder a mesma exclusão aos débitos para pagamento dos demais tributos federais, estaduais e municipais. E foi sem contemplar a exclusão que advogávamos na ocasião, que o projeto acabou convertido em lei.

Em nossa opinião, essa situação afigura-se extremamente injusta, pois acarreta efeitos em tudo semelhantes àqueles das execráveis figuras do **bls in idem** e da bitributação. Veja-se que, tal como está regulamentada a CPMF, ocorre a incidência desta sobre os saques que os contribuintes efetuam para solver suas obrigações relativas ao Imposto de Renda, ao Imposto Predial e Territorial Urbano, ao Imposto Territorial Rural, ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e a todos os demais tributos. Dessa forma, o cidadão cumpridor de seus deveres para com o Fisco acaba apenado pelo Poder Público, pagando tributo sobre o pagamento de

tributos. O sonegador, ao revés, é duplamente favorecido, pois, além de se evadir do ônus tributário efetivamente devido, beneficia-se ainda do não-pagamento da CPMF, que fatalmente incidiria, caso ele honrasse suas obrigações.

Convictos da necessidade de se corrigir essa injustiça, apresentamos, em dezembro de 1996, precisamente no dia 4, projeto de lei que recebeu o nº 260/96, alterando o inciso III do art. 3º da Lei nº 9.311.

De acordo com a nossa proposição, o dispositivo em questão passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A contribuição não incide:

.....
III – no lançamento para pagamento da própria contribuição, bem como de qualquer outro tributo de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;"

....."
Com efeito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuamos convictos de que a Lei nº 9.311 carecia do aperfeiçoamento que naquela ocasião propusemos. Afinal, não se nos afigura justo – de forma alguma – que, ao pagar os outros tributos que lhe são exigidos pelo Poder Público, o cidadão seja ainda compelido a satisfazer um débito de CPMF sobre esse pagamento de tributos.

Hoje, premido por nova crise econômica em escala mundial, o Governo propõe amplo pacote de ajuste fiscal, em cujo bojo se inclui a prorrogação da CPMF e a elevação de sua alíquota, o que já foi aprovado por esta Casa e deverá sê-lo, nas próximas horas, pela outra Casa do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados.

Essa situação, com a transformação da CPMF em imposto com caráter permanente, evidentemente reaviva e reforça a necessidade de excluir da incidência da CPMF os lançamentos para pagamento de quaisquer tributos. Assim o exigem não apenas os imperativos da melhor técnica tributária, mas também os do bom-senso.

De fato, considerada a enorme abrangência e o grande volume da economia informal em nosso País, é de todo desejável a existência de um tributo ao qual não se podem esquivar nem mesmo aqueles que optam por exercer suas atividades econômicas à margem do ordenamento legal. Cabe lembrar que aqueles que assim procedem fazem-no exatamente com o fito de se eximir da contribuição que lhes cabe

para o custeio das despesas que o Poder Público faz em benefício de toda a sociedade e que, por isso mesmo, deveriam ser religiosamente compartilhadas por todo o conjunto da cidadania.

No momento em que debatemos o aumento de sua alíquota e sua prorrogação – ou, talvez, até sua perenização –, não resta dúvida de que cabe aperfeiçoá-la, inscrevendo-se na legislação que a regula a sua não-incidência sobre os valores debitados em conta, quando destinados ao pagamento de impostos, taxas e outras contribuições federais, estaduais e municipais que venham a ser exigidos dos cidadãos.

Esse é, Sr. Presidente, o alerta que reiteramos à Casa, convictos de que a isenção sugerida constitui medida de legítima justiça tributária.

Espero que alguns dos Senadores que continuarão exercendo seus mandatos a partir do dia 31 de janeiro próximo, data em que se encerra nossa missão nesta Casa, continuem a luta em favor de fazer com que não haja essa bitributação dos impostos.

Aproveito esta oportunidade que me é concedida pelo Senado Federal para também trazer ao conhecimento desta Casa um artigo do jornalista Luiz Orlando Carneiro, divulgado no **Jornal do Brasil** de hoje:

"Projeto restringe recurso da liminar.

A chamada indústria das liminares ficará seriamente abalada, caso o Senado transforme em lei o projeto de autoria do Executivo – aprovado pela Câmara dos Deputados nesta semana – estabelecendo, entre outros dispositivos, que o Supremo Tribunal Federal somente concederá liminares em ações de inconstitucionalidade por decisão da maioria absoluta de seus membros.

O Subchefe da Casa Civil da Presidência da República para Assuntos Jurídicos, Gilmar Mendes – que, por sinal, é meu conterrâneo, mato-grossense –, "considera o projeto aprovado pela Câmara 'um importante passo pontual' no processo de reforma do Judiciário. O outro projeto, este de emenda constitucional, de autoria do nobre Senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), instituindo o efeito vinculante das decisões majoritárias dos tribunais superiores, está para ser aprovado pelo Senado.

Os artigos mais importantes do projeto que deve ter a aprovação do Senado são os de nº 10 e 12. No que se refere aos pedidos

de cautelares em ações de inconstitucionalidade, o art. 10 dispõe que, salvo caso de 'excepcional urgência', o Supremo só concederá a liminar por decisão da maioria absoluta de seus membros, ou seja, pelo menos sete dos onze ministros. A decisão concessiva da liminar passa também a ter eficácia **erga omnes** (direito que obriga ou é oponível a todos), 'devendo sua parte dispositiva ser publicada em seção especial do **Diário Oficial** no prazo de dez dias a contar do julgamento'.

Já o art. 12 autoriza o relator do pedido de liminar, 'em face da relevância da matéria para a ordem social e a segurança jurídica', a submeter o processo diretamente ao pleno do tribunal, que poderá julgar definitivamente a ação, após a prestação das informações necessárias, no prazo de 10 dias.

De acordo com a exposição de motivos do projeto aprovado pela Câmara, este artigo, além de 'permitir uma decisão da controvérsia constitucional em curto espaço de tempo, permite que o tribunal delibere, de forma igualmente definitiva, sobre a legitimidade de medidas provisórias, antes mesmo que se convertam em leis'.

Finalmente, o projeto estabelece que será irrecurável a decisão proferida no julgamento de ação de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade."

Creio que ainda nesta convocação, nestes cinco dias restantes, sob o comando do Presidente Antonio Carlos Magalhães, possamos aprovar esse projeto, já aprovado pela Câmara, que restringe o abuso das liminares, prática que já virou verdadeira indústria neste País. Qualquer questão levada a julgamento a um tribunal de Justiça recebe de pronto uma liminar, e nunca é julgado o mérito da ação. Portanto, para a moralização, início da grande reforma do Judiciário, a aprovação desse projeto, nesta semana, é de real importância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia-o-seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe uma peculiaridade na Escola de Viena, na escola que Freud fundou e que foi sendo enriquecida pela colaboração de inúmeros psicanalistas. Um deles, Otto Rank, que não era psicanalista e escreveu *Trauma*

tismos do Nascimento, era preocupado com as relações e com a pesquisa psicanalítica na literatura. Ele escreveu um livro chamado *O Duplo*, no qual estuda o problema da dupla personalidade, que surge em diversas obras literárias.

Ainda bem que Otto Rank já nos deixou há mais de cinquenta anos, porque, senão, na nossa realidade brasileira, essas múltiplas personalidades que surgem no Brasil deixariam o universo de análises de Otto Rank empobrecido.

As personalidades que conhecemos no Brasil de hoje são personalidades múltiplas. De manhã, no programa da televisão ou do rádio, fala uma personalidade; ao meio-dia, volta a insistente personagem, também encantada, como acontece sempre com aqueles dotados de múltiplas personalidades, de duplas personalidades, com espelho. Quando a situação aperta, eles têm de mudar, duas ou três vezes, a maquiagem, para apresentar justificativas, cada dia mais veementes e menos convincentes, de que tudo continua bem no mundo, apesar de estar virado de cabeça para baixo.

Essa é a visão otimista panglossiana dos nossos dirigentes. Eles, que gostam do espelho, os narcisistas, os dotados de personalidade múltipla, transformaram o Brasil num espelho. Sempre disseram que o País estava com uma imagem fantasticamente bonita perante o mundo todo e que apenas alguns, de mau olhado, não percebiam como o Brasil se tinha enriquecido, como o emprego havia aumentado – para baixo – e como o povo, que nunca comera frango, agora comia 120g de perna e asa a mais do que nas fases anteriores de nossa história – além de iogurte.

Então, essas vitórias sociais, obtidas por meio do aumento de 120g anuais de perna e asa de frango – e de iogurte – seriam capazes de neutralizar e compensar os sofrimentos por que passa a sociedade brasileira, desempregada e -segundo dados do IBGE – com quatro milhões de crianças menores trabalhando, ao lado das quinhentas mil prostitutas, com menos de 15 anos, além do desemprego crescente, que o próprio Governo otimista reconhece agora em alguns de seus segmentos, que atingirá 12% em breve.

Eles tinham feito um milagre. Agora, esse espelho que colocaram sobre o Brasil, no qual viam a sua própria imagem narcísea, quebrou-se. Mas eles pretendem ainda continuar com algum outro tipo de prestidigitação. São prestidigitadores que realmente têm uma grande habilidade, muito maior que a daquele mágico americano que fez sumir um carro no

palco. Esses senhores, esses mágicos brasileiros conseguem fazer sumir a inflação, conseguem fazer sumir o desemprego, conseguem fazer sumir as mazelas que se agigantam na sociedade brasileira.

Tentarei desmascarar a mágica central, a mágica que norteou toda essa arrumação, que tem uma lógica própria, uma lógica perversa, uma lógica que agora se tornou cada vez mais violenta, a lógica da violência e da perversidade que se afirmou até o ponto em que se tornou completamente impossível permanecer como forma de organização e de interação entre as principais variáveis da economia e da sociedade brasileiras.

Dedico-me, hoje, especialmente à questão da inflação. A grande vitória desses senhores foi sobre o dragão que nos devorava há tanto tempo. Voltaram a dizer que a inflação corroía salários e que iriam defendê-los contra a inflação comendo-os antes que ela o fizesse. No lugar da inflação, passaram a ser o dragão devorador dos salários e dos vencimentos. Chegamos a um ponto em que todos deveriam ter percebido, neste País, que não era mais possível continuar com aquela mágica que acabou afundando o navio.

À medida que aquilo que nós foi levado pela URV e por quarenta meses de inflação baixa, taxas reduzidas e cadentes de inflação, mas que já consumiram, que já reduziram o poder de compra dos trabalhadores, dos funcionários e dos que têm renda fixa em mais de 40%. Para aqueles que ganham renda fixa, para os trabalhadores, para os assalariados, é como se a inflação hoje fosse de 40% ao mês. Por quê? Porque nós ganhamos 40% menos do que ganhávamos há quatro anos.

Pois bem. Como se consegue a mágica de estabilizar os preços nos píncaros? Uma pessoa pela qual tenho o máximo respeito, o Ministro Rubens Ricupero, disse, poucos dias antes de deixar o Ministério da Fazenda, onde ele articulava a implementação do Plano Real, que era preciso deixar os preços subirem a uma taxa muito elevada, tal como foi feito antes do golpe do Plano Collor, ou seja, tal como foi feito antes da posse de Collor e do seqüestro de nosso dinheiro e de nossa poupança, logo em seguida. Collor combinou com o Presidente Sarney que o Ministro Mailson da Nóbrega não tomaria nenhuma providência contra a inflação, que já chegava a 84% ao mês. Mas Collor pediu para não mexerem, para não tomarem providências, para não combaterem a inflação, para que ele pudesse, justificando-se na taxa elevadíssima de inflação de 84% ao mês, decretar o seqüestro.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Logo que terminar este discurso.

O Sr. Júlio Campos (PFL – MT) – Para retificar, pois V. Ex^a está referindo-se a Collor, e o Presidente Collor não teve o Ministro Mailson no seu Ministério.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sim, mas penso que não me fiz entender. Ele, Collor, que havia levado aquelas pastas e apresentado ao Ministro Oscar Dias Corrêa, ameaçando com uma série de medidas judiciais etc O Sr. Collor de Mello procurou o Presidente Sarney e pediu-lhe que o seu Ministro Mailson não tomasse providência, deixasse a inflação em 84%, porque aquela inflação de 84% ia justificar a violência feita contra a sociedade brasileira ao seqüestrar a poupança, ao dar o calote em todos nós.

E o primeiro ato da abertura, o primeiro ato, talvez, do neoliberalismo no Governo Collor foi aquele denunciado pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Num de seus primeiros discursos, Collor ameaçou diminuir as alíquotas de importação e importar cimento da Polônia a preços arrasadores. Se o cimento da Polônia viesse, as indústrias Votorantim, do Dr. Ermírio de Moraes, iriam obviamente à falência.

Daí a um ou dois dias bateram à porta do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que contou isso em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E o Presidente Fernando Collor, que havia ameaçado reduzir as alíquotas para importar cimento da Polônia e liquidar, arrasar, levar à falência o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, o que faz? Manda preparar portaria nesse sentido, no Ministério da Fazenda. Logo em seguida, quem bate à porta do Sr. Ermírio de Moraes? Nada mais, nada menos que o Sr. Paulo César Farias (PC), o "Presidente do Brasil oculto".

E qual era a proposta dessa neoliberalização, dessa abertura encaminhada pelo Sr. PC Farias? O Sr. Ermírio de Moraes disse que havia contribuído para a campanha de Collor com R\$250 milhões; o Sr. PC foi lá exigir R\$1 bilhão para que a portaria não fosse executada. Assim começa o liberalismo e a abertura neste País: como uma chantagem.

Portanto, além dessas medidas de força, outras formas de imposição, por meio de escamoteamento, foram colocadas em prática. E assim, é óbvio que a população ficou aturdida. Como dizia um eminente pensador: "A inflação perturba tanto a socie-

dade que os seus resultados não são percebidos nem por uma pessoa em um milhão de seres humanos".

O que fizeram nesse processo mágico, nesse processo fantástico? Deixaram os preços subir e depois, obviamente, congelaram salários cá em baixo e preços lá no alto. Congelaram preços e salários mantendo aquela diferença que o Ministro Rubens Ricupero reconhece como necessária para impor o combate à inflação. E dizia S. Ex^a, a quem muito respeito, que os preços tinham que subir tanto que os comerciantes sentiriam que se tentassem aumentá-los ainda mais, os compradores iriam sumir e a demanda iria se contrair. E os comerciantes que quisessem aumentar o preço além da máxima diferença entre preços no zênite e salários no nadir, quebrariam, faliriam.

A partir daí a situação foi congelada. E obviamente, a fim de manter tal situação de estabilidade, com preços no zênite e salários no nadir, seria preciso, para melhor combater a inflação e ajudar o processo, fazer o quê? Colocar a taxa de câmbio onde o Sr. Gustavo Franco a colocou. Isso faz parte da engrenagem do Plano Real. E assim, os brasileiros, podendo comprar e importar mercadorias com uma taxa de câmbio, como queria o Sr. Gustavo Franco R\$0,50 por US\$1.00. Essa loucura não foi executada. Mas ficou estabelecido que R\$1,00 equivaleria a US\$1.00.

A moeda anêmica, a moeda podre brasileira, de repente, virou dólar, a mais forte moeda do mundo, por meio de um ato de magia. Para que isso? Para que manter essa taxa de câmbio artificial? Para que as mercadorias fossem importadas.

Aí, sim, não foi só o cimento, foi tudo. As porcelanas chinesas quebraram as porcelanas nacionais; os sapatos brasileiros foram destruídos; os tecidos brasileiros nem se fala. E as autopeças? Aconteceu com elas, finalmente, aquilo que se passou no México há cinco anos. Da grande é crescente produção mexicana, 87% não eram de componentes mexicanos, mas sim importados.

E agora o jornalista Biondi nos esclarece que, por exemplo, o BNDES ia emprestar R\$6 bilhões para incentivar a produção de telefones e de celulares no Brasil. Em vez disso, os nossos R\$6 bilhões do BNDES foram emprestados para que se importassem telefones celulares e componentes destes telefones. Um celular no Brasil tem até 90% de componentes importados.

E nossos brinquedos! A Estrela, a maior produtora de brinquedos, transformou-se simplesmente –

como tantas outras empresas – em importadora e revendedora de brinquedos importados. E assim vai.

Mas, ao estabelecer essa taxa de câmbio, ao inundar o mercado interno e quebrar nossas indústrias, levou para o desemprego – até hoje está acontecendo isso – uma parte cada vez mais numerosa de nossa população obreira, dos nossos trabalhadores. O que acontece? A dívida externa tem que crescer. Passamos a importar de tudo para achatar preços, para destruir nossa concorrência, para impedir que a economia brasileira pudesse ser algo independente, algo autônomo, algo que realmente pudesse fincar bases de prosperidade, de desenvolvimento em solo brasileiro. O parque industrial brasileiro foi sucateado e, com ele, nosso emprego. Mas, lá, os que estavam produzindo peças e componentes, sapatos, porcelanas e tecidos aumentavam suas oportunidades, o número de empregos para sua população. Então, o Brasil estava ajudando a aumentar o emprego lá fora, nos Estados Unidos e nos países da Europa, e a reduzir nosso emprego aqui. É a subordinação que vai se afirmando cada vez mais, a subordinação total.

Lembro-me que durante o caso Sivam, o Presidente Fernando Henrique Cardoso telefonou do Chile para o Presidente Bill Clinton dando-lhe os parabéns pela aprovação, pelo Senado, do empréstimo do Exchange Bank, de 1,3 bilhões que iria permitir ao Brasil abrir 20 mil novos empregos nos Estados Unidos. Sua Excelência, o Presidente, que, anteriormente, por meio do Plano Real, criava e aumentava como nunca o desemprego no Brasil, acabava de criar 20 mil novos empregos nos Estados Unidos.

O processo continua. Nossa dívida externa – feita também com importações necessárias, garantidas por uma taxa cambial ensandecida e perversa, que é um verdadeiro atentado contra a segurança nacional e a soberania – como não poderia deixar de ser, vai sendo elevada e, finalmente, em dezembro de 1998, atinge o total de 228,186 bilhões de dólares. Há dez anos ela havia se acumulado, ao longo da nossa história, em apenas metade, ou seja, 115,505 bilhões de dólares.

Pudemos comprar barato, importamos carros, geladeiras, televisores, tecidos, gravatas Hermès, uísque, champanhe, caviar e tudo o mais, até vegetais; passamos a importar arroz, produtos agrícolas, alface e destruímos nossa agricultura. O que aconteceu após esse processo? Esse processo, essa lógica perversa de reduzir o câmbio, as importações e a oferta de produtos no mercado interno brasileiro, achatando os preços em nome do combate à inflação, tinha que necessariamente encontrar seu fim. Como? A dívida externa não pode aumentar indefinidamente, não pode crescer sem limites.

No dia em que a banca internacional (o BID, o FMI etc) não aportar recursos para o Brasil, recursos

em dólar, obviamente acabará essa festa dos preços baixos, essa tramóia de reduzi-los pela importação de produtos subsidiados pelo próprio Governo, por uma taxa de câmbio criminosa, economicida, destruidora. A mágica baseada nessa chamada âncora, nessa prestidigitação cambial tinha que necessariamente encontrar o seu limite. Agora, escuto em todos os meios de comunicação e nesta Casa que a desvalorização deveria ter sido feita antes. Aqueles que defendiam essa postura, tomada como um dogma de fé pelo ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, acreditavam que se deveria cravar a taxa de câmbio, supervalorizada no Brasil. E disse-me ele um dia em resposta a uma pergunta minha: "Quando se acredita numa coisa vai-se até o fim". O fim é o último brasileiro sobrevivente. Então, se fosse possível ir até o fim com essa loucura instalada em nome do equilíbrio, em nome da estabilidade, obviamente não sobraria ninguém para contar a história.

O que acontece é que por aí, pelas importações necessárias de acordo com esse plano para aumentar a oferta de produtos e manter a inflação perto de zero, a limitação, a contradição veio de fora. Por que o FMI não nos mandou fazer antes essa desvalorização cambial? Há duas respostas, duas correntes nos Estados Unidos. Uma afirma que o FMI não mandou o Sr. Gustavo Franco e os que o seguiram agora, Pedro Malan e Francisco Lopes, tomarem as medidas de acabar com a banda cambial. Quando se instalou a banda, eu disse que "um dia vai desbandar. A realidade vai desobedecer a essas elucubrações, a essas coisas celebrinas de cunho economista. Essas bandas um dia vão ser desbandadas, e o dólar vai, obviamente, romper a banda". Foi o que aconteceu. Mas por que não se fez isso antes? Por que se deixou chegar a esse ponto?

Diz Jeffrey Sachs, por exemplo, nos Estados Unidos que "os países pobres devem correr do FMI como o diabo corre da cruz.". Esse é aquele que vinha apregoar, há seis anos, no Brasil, na Bolívia e no resto do mundo as vantagens do neoliberalismo. Agora ele se arrependeu e está percebendo que o que o FMI fez ao atrasar a desvalorização cambial foi possibilitar aos banqueiros a retirada do seu dinheiro, dos seus US\$72 bilhões de reservas do Brasil. Por isso a desvalorização cambial foi atrasada. O erro foi um acerto para os banqueiros. Depois que eles : retiraram 73 bilhões, as reservas do Brasil estão reduzidas a 27 bilhões; se entrarem os 9 bilhões do FMI, aumentarão para 36 bilhões. Raparam o dinheiro, levaram-no embora e agora dizem que a crise surgiu porque o Itamar, na província das Minas Gerais, disse que iria atrasar três meses o pagamento da dívida do Estado.

Portanto, a questão é muito diferente. 3

Outro motivo do atraso do FMI: ele estava orquestrado com o Presidente Fernando Henrique e a

sua reeleição. Se isso tivesse acontecido um ou dois meses antes da eleição, é óbvio que o resultado do pleito eleitoral teria sido outro.

O FMI, portanto, colaborou, e muito, para a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não emprestou 8 bilhões, como emprestou à Rússia, às vésperas da eleição, para que Boris Yeltsin conquistasse a reeleição, mas fez muito mais do que isso.

Agora, a mágica acabou. Já não temos como continuar importando tudo a preço de banana para achatar a inflação. E, para terminar: por que agora? Porque de tanto combaterem a inflação, de tanto reduzirem os preços, chegaram à deflação. O então Ministro Fernando Henrique Cardoso deixou uma inflação de 48% ao mês, e ela foi reduzida. Ótimo! Reduziram-na a 40%, a 30%, a 20%, a 10%, a 5%, a 1% ao mês. O processo terminou quando há três meses entramos na deflação. O Governo elevou o preço do petróleo quando ele estava baixando no resto do mundo, também aumentou impostos para ver se voltava a inflação. Ele descobriu, então, que, do ponto de vista do capital, a deflação é muito pior do que a inflação. A deflação é crise, obriga os capitalistas, os comerciantes a venderem a preços cadentes, a preços mais baixos. O estoque deles vai ficando relativamente caro, e torna-se impossível repô-lo porque as mercadorias são vendidas a preços mais baixos do que os pagos por elas. Com a deflação, reduz-se o lucro. Com a deflação, os bancos voltam a falir porque os empréstimos são reduzidos. Por isso, esse Governo mágico, que está esfolando os inativos, está pagando hoje 32% de juros pelo dinheiro inativo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar porque falido não toma dinheiro emprestado, desempregado não toma dinheiro emprestado. A 32% ao ano ou 49% ao ano, ninguém toma dinheiro emprestado para investir ou adquirir estoques. O dinheiro dos banqueiros está congelado nos bancos. Eles não têm para quem emprestar. Então, o dinheiro fica inativo. Para este, tudo: 32% ao ano. Para os trabalhadores e funcionários inativos, porém, pau na moleira, mais imposto, mais cobrança! É o mundo do capital contra o mundo da vida, do trabalho!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia-o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho em

mãos uma obra muito importante para o País intitulada *Os Dez Brasis*, do jornalista Jorge Baleeiro de Lacerda, que publicou mais de três mil artigos.

Gostaria de recomendar à equipe técnica do Ministro da Educação, Paulo Renato, o estudo dessa obra, que é o resultado de anos e anos de pesquisa desse estudioso jornalista. Sugiro ao Ministro da Educação que a recomende a todas as bibliotecas do País, para que a nossa juventude tenha acesso a informações tão preciosas.

Depois de ampla pesquisa, Jorge Baleeiro, jornalista estudioso e observador astuto, publicou, no dia 19 de dezembro de 1998, na **Folha do Sudoeste**, jornal do Paraná, o artigo que passo a ler, para que fique registrado nos Anais desta Casa:

"Ainda alcancei a época dos grandes oradores. Ouvi grandes tribunos, li incontáveis discursos. Fui influenciado pelo meu tio Januário, ele mesmo notável orador sacro, que aliava à fasta cultura humanística, bela voz, gestos largos, capacidade criadora, o que lhe facilitava as mais mirabolantes criações, passando da prosopopéia à anáfora, das litotes à antítese, da alegoria à hipérbole, do panegírico à homília, figuras de linguagem e de retórica que ele dominava desde os tempos de seminário.

Criança em Belém, ouvi sem muito entender, o célebre dom Mário de Miranda Villas-Boas, baiano que exercia o pastoreio cristão, como arcebispo de Belém do Pará. Dom Mário era conhecido em todo o Brasil pelos seus sermões, em que citava, com abundância de frases latinas, Padre Antônio Vieira, Frei Luiz de Souza, padre Bernardes, todos grandes escritores em que o próprio Rui Barbosa baseava seu saber vernáculo. Não havia dia, lembrava o autor de "A Réplique", em que não lesse trechos dos clássicos, não apenas para dar cor ao seu estilo, como para acentuar a vernaculidade, a excelência do texto. Hoje, quem se preocupa com a sintaxe mais pura, como o calepino de escol, em que a cepa lusitana esteja presente?

O Brasil exibe, ao longo de sua história parlamentar, oradores de grandes recursos. Em minhas pesquisas, em 1996, no Senado, li dezenas de discursos de gente como Gonçalves Ledo, Rebouças, Bernardo P. de Vasconcelos, Feijó, Evaristo da Veiga (do Primeiro Reinado); Maciel Monteiro, Torres Homem, Ferreira Viana, Joaquim J. Fernandes Cunha, Visconde do Rio Branco, José

de Alencar, Silveira Martins, Barão de Cote-gipe, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa.

Neste século, pelo Parlamento (Câmara e Senado) passaram nomes da grandeza verbal de Assis Brasil, Epitácio Pessoa, Pedro Moacir, Barbosa Lima, Gilberto Amado (mais escritor que orador; há peças oratórias de sua autoria que são verdadeiras jóias, como a proferida em 1927, no Senado, em que faz uma síntese do Brasil), Gustavo Capanema, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Raimundo Padilha, Bilac Pinto, para citar os nomes mais expressivos já falecidos. Atenho-me apenas à Oratória Parlamentar. Teria de fazer uma pesquisa muito mais ampla se quisesse escrever um ensaio sobre o tema. Faço apenas uma crônica, aproveitando-me de estudos na Biblioteca e no Arquivo do Senado, em que estão os Anais referentes aos mais de 150 anos de história de nossa Câmara Alta.

Outro dia, o Senador Bernardo Cabral, em aparte ao Senador Ronaldo Cunha Lima, lamentava o descalabro em que anda a língua. Manuseá-la com correção, grafá-la sem erros é algo raro. Deixamos, por qualquer "me-dá-cá-aquela-palha" a expressão mais adequada, o vocábulo mais consentâneo com a luso-brasilidade, para usar anglicismos, galicismos ou americanismos de duvidosa formosura, que "parecem madeixas, mas são cordas".

Cada dia, pelo que tenho visto, os grandes oradores, aqueles que aliam eloquência ao saber vernáculo, escasseiam. Gosto, por exemplo, da gesticulação, da presença na tribuna do Senador Pedro Simon. Não reveste, contudo, sua oração política, amiúde de grande importância para a vida da Nação, com pérolas literárias como o faziam Paulo Brossard, Afonso Arinos de Mello Franco, Prado Kelly, Adauto Lúcio Cardoso, San Thiago Dantas, para não falarmos nos grandes do Império, ainda envolvidos pela cultura clássica.

É preciso distinguir o falastrão do orador, o arengador, o "orador de carteirinha" do tribuno que sabe reunir diferentes talentos para atrair e prender a atenção do auditório. Não basta uma bela voz, amiúde desacompanhada de vasta cultura. Há que conhecer bem o assunto, já dizia o grande Padre Vieira.

Há oradores que, mesmo com voz ruim, como Octávio Mangabeira, sabem arrebatar o auditório com sua eloquência.

Austregésilo de Athayde, que nunca foi político, sempre jornalista, ao longo do tempo tornou-se um dos maiores oradores do Brasil. Especializou-se em falar sobre defunto. Mais de sessenta de seus colegas da Academia Brasileira de Letras dele receberam o necrológio pungente. Seu ex-padrão, Assis Chateaubriand, teve nele o derradeiro orador, ao lado de seu túmulo no cemitério de Araçá. Athayde havia aprendido a velha oratória ciceroniana, a arte de Demóstenes, cuja "Oração da Coroa" é uma página ainda lida pelos que querem fazer boa figura na tribuna.

Saudade, também, traz-nos Pedro Calmon, que amalehou saber enciclopédico e usava-o na hora certa, no momento em que menos se esperava. Esbanjava tanta sapiência em História do Brasil que em todos os grandes eventos pátrios lá estava para lembrar nossos feitos. E o fazia com a graça de seu estilo. É célebre o discurso proferido na estrada Belém-Brasília. Pouco depois, Bernardo Sayão seria vitimado por uma árvore traiçoeira.

Adequava sua oratória ao cenário e criava momentos de rara beleza.

A Amazônia, nos últimos decênios, exibiu grandes oradores no Senado: Jarbas Passarinho, Evandro Carreira e Bernardo Cabral. Cheguei a assisti-los no Senado. Passarinho, a quem devo substancial apoio às minhas pesquisas na Amazônia, coronel reformado do Exército, que passou a maior parte de sua vida na atividade pública, passou por quatro Ministérios (Trabalho, Educação, Previdência e Justiça), sendo o único brasileiro a exercer cargos ministeriais tão diferentes. (O Almirante Alexandrino foi Ministro por quatro vezes, mas só da pasta da Marinha). Aquando das porfias parlamentares, Passarinho ostentava boa voz, cultura humanística, alto grau de ironia e grande capacidade de polemizar. Ficaram célebres os seus debates com Paulo Brossard! Antológico tornou-se o discurso de Passarinho em memória de Petrônio Portella, em 1980.

Não esqueço o que me contou o então Senador Evandro Carreira (PMDB-Amazo-

nas), aparteado por Jarbas Passarinho no seu discurso de estréia no Senado. Depois de ouvir Evandro Carreira por 45 minutos, dizendo-se embevecido com a *Grande página amazônica* que ele estava cinzelando naquela tarde, desbanca uma das teses amazônicas de Carreira: *A vocação camaroneira da costa do Amapá*. A presença de espírito de Carreira reduziu o efeito devastador do aparte de Passarinho, logo na estréia do neo-senador Evandro. Duelo entre dois talentosos oradores.

Orador forjado nos debates da Câmara Federal, amadurecido na relatoria da Constituinte, enriquecido na curul ministerial da Justiça, dono de imensa cultura jurídica, dosado nos gestos, sempre elegante, jamais dando espaço para a linguagem ofensiva, Bernardo Cabral é a grande voz do Amazonas no Senado. Cabral, certamente, será o orador oficial dos *500 Anos do Descobrimento*. Além de filho de portugueses (o que enfatiza sua luso-brasilidade), Cabral tem provado sua bela oratória, consorciando os recursos de conhecedor do vernáculo à vasta cultura histórica sobre *Mundo que o português criou*, como diria Gilberto Freyre. Dentre os poucos grandes oradores que o Brasil tem hoje, Bernardo Cabral está em lugar de destaque.

Ainda não se escreveu a história da eloquência parlamentar no Brasil, muito embora se encontre muita coisa na coleção *Perfis parlamentares* (editada pela Câmara dos Deputados), e Vamireh Chacon, em sua *História Institucional do Senado do Brasil*, tenha incluído uma antologia de discursos. Não me parece que a escolha foi das melhores. A antologia é incompletíssima. Não vive mais Hélio Sodré para nos presentear com uma obra específica sobre a arte de falar no Parlamento.

Agora, com a **TV Senado**, oxalá a Nação conheça os seus grandes oradores, que, ao lado de defenderem grandes teses e legislarem em prol do povo, sabem fazer da língua um instrumento de beleza.

Os discursos parlamentares são, quando belos e consistentes, páginas antológicas da História e da vida pátrias, recomendando os que proferem e provando que a língua portuguesa é um instrumento capaz de expressar com estilo um pensamento, bastando que se saiba manuseá-la.

Esse artigo do nosso jornalista, de quem passo a ser admirador – apesar de não conhecê-lo, já o conheço pela sua obra –, gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa, para que seja, desde já, um embasamento para futuras obras sobre a oratória e a vida pública de nossos homens.

Sr. Presidente, *Os Dez Brasis*, de Jorge Baleeiro de Lacerda, é um livro interessantíssimo. Para homenagear o autor e as pessoas importantes da sua vida, eu gostaria de ler aqui a dedicatória: "A Sueli, minha esposa, amiga e companheira de todas as jornadas, razão de minha vinda para o Paraná, incentivadora do meu trabalho, presença sincera e colaboradora permanente na arte de conviver, de construir um lar, de criar nossos filhos, solidária nos momentos de dor e de angústia, radiante nos instantes de alegria, educadora amorosa e exigente de nossos filhos, ofereço estes 25 anos de estudos, de que *Os Dez Brasis* é uma antologia.

A Lígia e Afonso Henrique, filhos amados, com os votos de saúde, entendimento da vida na sua complexidade, honradez, modéstia e sucesso-felicidade ofereço este livro, em que estão registrados tantos momentos de minha vida através do Brasil.

Este livro seria impossível sem o apoio de vocês, sem a profunda compreensão e aceitação do ideal que abracei: estudar o Brasil!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência convoca sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 28 do corrente, quarta e quinta-feira, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinadas à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41, de 1998, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1999", e de medidas provisórias respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se na sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem), que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Sr. Senador Guilherme Palmeira enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, está deixando a Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, depois de dois anos de profícuo e proveitoso mandato, o Desembargador Jairon Maia Fernandes, a quem coube a desafiadora tarefa de conduzir o destino da justiça de meu Estado, num dos mais conturbados períodos do processo político. Magistrado dotado de extraordinárias qualidades pessoais e profissional de excepcional qualificação, S. Ex^a. desempenhou, com brilho, serenidade e um enorme dinamismo a direção dos trabalhos forenses, destacando-se não só pelo reaparelhamento material, mas sobretudo pelo aprimoramento da prestação jurisdicional, com a preocupação de aproximar a justiça dos que dela mais necessitam.

Valendo-se dos recursos do Fundo de Modernização do Poder Judiciário, instituído há apenas dois anos, o presidente que está encerrando uma das mais brilhantes fases da administração judiciária de Alagoas, inaugurou novas instalações do Tribunal de Justiça em Maceió, informatizou os procedimentos administrativos com reconhecida celeridade, instalou tanto na capital quanto em cidades do interior os Tribunais Especiais cíveis e criminais, acelerando, com a colaboração de outros órgãos e instituições públicas, o acesso da população mais carente, em mutirões que servem de exemplo para todo o país, aos recursos mais elementares e indispensáveis da cidadania. Com a instituição da justiça itinerante, S. Ex^a. prestou outro inestimável serviço à população, sobretudo a que vive no interior do Estado, operando mudanças que constituem uma transformação modernizadora, por todos os títulos elogiável.

Esta é a razão por que sua administração representa um marco na história judiciária do Estado, merecendo o reconhecimento, o aplauso e a admiração de toda a sociedade, dos demais poderes, e de quantos puderam acompanhar de perto uma administração que honra o padrão de dignidade da justiça do país, notadamente dos magistrados, advogados, membros do Ministério Público, serventuários da justiça e sobretudo da população e dos usuários dos serviços judiciários.

Ao tributar esta homenagem ao Desembargador Jairon Maia Fernandes, estou convicto de que interpreto o sentimento coletivo e cumpro um dever de justiça certo de que S. Ex^a. representará para todos os seus sucessores um exemplo admirável de correção, capacidade e dinamismo de que todos nos orgulhamos.

Era o que tinha a dizer,

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai en-

cerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 20, de 1999, art. 336, b)

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1999 (nº 4.898/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União, e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 17, de 1999 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1998 (nº 2.022/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 32, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)

(O.S. 10451/99)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

25-1-99

Segunda-Feira

14:30 – Sessão não Deliberativa do Senado Federal

16:30 – Professor Luigi Maria Verzé

17:00 – Sr. André Beer, Vice-Presidente da General Motors e Sr. José Carlos Pinheiro Neto, Diretor de Assuntos Corporativos e Exportação da GM e Presidente da Anfavea

Publicou-se em 25/01/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

(*) ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 10, DE 1998

Dispõe sobre a ocupação dos gabinetes parlamentares durante a 51ª Legislatura (1999/2007).

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º do Ato da Comissão Diretora nº 06, de 1995, e

CONSIDERANDO que a renovação da composição da Casa, em decorrência do resultado das últimas eleições, importará na relocação dos espaços do complexo arquitetônico do Senado Federal;

CONSIDERANDO que a recuperação e a adequação dos gabinetes parlamentares destinados a atender aos Senadores da 51ª Legislatura(1999/2007) serão realizadas pela Administração do Senado a partir do próximo mês de dezembro;

CONSIDERANDO que até o dia 15 de fevereiro de 1999 os gabinetes parlamentares deverão estar em condições adequadas de funcionamento;

e
CONSIDERANDO as ocupações já determinadas pela Presidência do Senado Federal para a próxima Legislatura,

RESOLVE:

Art. 1º - A ocupação dos gabinetes parlamentares durante a 51ª Legislatura (1999/2007) obedecerá à distribuição constante do **Anexo** deste Ato.

§ 1º - Para o atendimento ao disposto neste artigo, o Senador que, na próxima legislatura, deixar de integrar a representação desta Casa desocupará o respectivo gabinete parlamentar, até o dia 31 de janeiro de 1999, impreterivelmente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 4-12-98

§ 2º - A desocupação de que trata o parágrafo anterior será formalizada junto à Primeira-Secretaria nos termos do disposto nas alíneas a, b e c do art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1994.

Art. 2º - Para os Senadores investidos no dia 1º de fevereiro de 1999, o ato de ocupação do gabinete parlamentar compreenderá:

I - a entrega à Primeira-Secretaria dos termos de ocupação da unidade destinada e de responsabilidade pela carga dos bens patrimoniais móveis, devidamente assinados; e

II - o recebimento das chaves.

Art. 3º - O disposto neste Ato aplica-se ao atual Senador que, a partir de 1º de fevereiro de 1999, venha a ocupar gabinete parlamentar diverso daquele ocupado na legislatura anterior.

Art. 4º - Este Ato entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1998.


Senador **RONALDO CUNHA LIMA**
Primeiro-Secretário

ANEXO

SENADOR(A)	ESTADO	PARTIDO	ENDEREÇO
MARINA SILVA	AC	PT	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 08
NABOR JÚNIOR	AC	PMDB	ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 01
TIÃO VIANA	AC	PT	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 12
BERNARDO CABRAL	AM	PFL	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 09
GILBERTO MESTRINHO	AM	PMDB	ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 04
JEFFERSON PERES	AM	PSDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 07
GILVAM BORGES	AP	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 01
JOSÉ SARNEY	AP	PMDB	ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 03
SEBASTIÃO ROCHA	AP	PDT	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 20
ADEMIR ANDRADE	PA	PSB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 17
JADER BARBALHO	PA	PMDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 12
LUIZ OTÁVIO	PA	PPB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 02

SENADOR(A)	ESTADO	PARTIDO	ENDEREÇO
AMIR LANDO	RO	PMDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 15
ERNANDES AMORIM	RO	PPB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 21
RUBENS MOREIRA MENDES	RO	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 19

MARLUCE PINTO	RR	PMDB	ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 08 - TÉRREO
MOZARILDO CAVALCANTE	RR	PPB	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 10
ROMERO JUCA	RR	PFL	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE S/N-SUBSOLO

CARLOS PATROCÍNIO	TO	PFL	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 05
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 03
LEOMAR QUINTANILHA	TO	PPB	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 55

RENAN CALHEIROS	AL	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 22
HELOISA HELENA	AL	PT	ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 08
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	PSDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 02

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA	PFL	EDIFÍCIO PRINCIPAL - 1º ANDAR - GABINETE Nº 04
DJALMA BESSA	BA	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 13
PAULO SOUTO	BA	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 09

LUCIO ALCÂNTARA	CE	PSDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 07
LUIZ PONTES	CE	PSDB	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 49
SÉRGIO MACHADO	CE	PSDB	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 51

BELLO PARGA	MA	PFL	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 50
EDISON LOBAO	MA	PFL	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 54
JOÃO ALBERTO	MA	PMDB	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 56

NEY SUASSUNA	PB	PMDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 06
RONALDO CUNHA LIMA	PB	PMDB	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 21
WELLINGTON ROBERTO	PB	PMDB	ALA SEN. RUY CARNEIRO – GABINETE Nº 02

CARLOS WILSON	PE	PSDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 08
JOSÉ JORGE	PE	PFL	ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 04
ROBERTO FREIRE	PE	PPS	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 05

ALBERTO SILVA	PI	PMDB	ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 53
FREITAS NETO	PI	PFL	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 01
HUGO NAPOLEÃO	PI	PFL	ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 04

FERNANDO BEZERRA	RN	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 04
GERALDO MELO	RN	PSDB	ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 05
JOSÉ AGRIPINO	RN	PFL	ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 03

ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE	PSB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 12
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE	PT	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 07-SUBSOLO
MARIA DO CARMO ALVES	SE	PFL	ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 06

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	PSDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 10
LAURO CAMPOS	DF	PT	ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 03
LUIZ ESTEVÃO	DF	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 25

SENADOR(A)	ESTADO	PARTIDO	ENDEREÇO
IRIS REZENDE	GO	PMDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 04
MAGUITO VILELLA	GO	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 16
MAURO MIRANDA	GO	PMDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 10

JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	PMDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 11
LÚDIO COELHO	MS	PSDB	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA - GABINETE Nº 01
RAMEZ TABET	MS	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 18

ANTERO DE BARROS	MT	PSDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 24
CARLOS BEZERRA	MT	PMDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 01
JONAS PINHEIRO	MT	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 23

ALVARO DIAS	PR	PSDB	ALA SEN. NILO COELHO - GABINETE Nº 08 - 1º ANDAR
OSMAR DIAS	PR	PSDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 13
ROBERTO REQUIÃO	PR	PMDB	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA - GABINETE Nº 09

EMÍLIA FERNANDES	RS	PDT	ALA SEN. TANCREDO NEVES - GABINETE Nº 59
JOSÉ FOGAÇA	RS	PMDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 07
PEDRO SIMON	RS	PMDB	ALA SEN. ALEXANDRE COSTA - GABINETE Nº 03

CASILDO MALDANER	SC	PMDB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 14
GERALDO ALTHOFF	SC	PFL	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 05
JORGE BORNHAUSEN	SC	PFL	ALA SEN. DINARTE MARIZ - GABINETE Nº 04

GERSON CAMATA	ES	PMDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 03
PAULO HARTUNG	ES	PSDB	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 14
RICARDO SANTOS	ES	PSDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 01-SUBSOLO

ARLINDO PORTO	MG	PTB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 05
FRANCELINO PEREIRA	MG	PFL	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 15
JOSÉ ALENCAR	MG	PMDB	ALA SEN. TANCREDO NEVES - GABINETE Nº 57

ARTUR DA TÁVOLA	RJ	PSDB	ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 02
GERALDO CÂNDIDO DA SILVA	RJ	PT	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 06
SATURNINO BRAGA	RJ	PSB	ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 11

EDUARDO SUPLEY	SP	PT	ALA SEN. DINARTE MARIZ - GABINETE Nº 02
JOSÉ SERRA	SP	PSDB	ALA SEN. DINARTE MARIZ - GABINETE Nº 01
ROMEU TUMA	SP	PFL	ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 06

* Republicado por ter saído com incorreção no BAP nº 1812, de 07.12.98.

Republique-se em 25/01/99
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

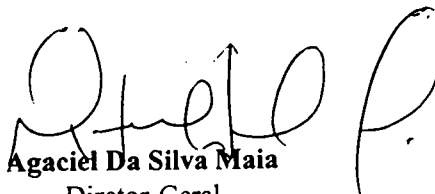
(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 65, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000591/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, os servidores abaixo relacionados, para exercício de cargo em comissão do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido:

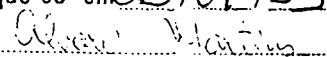
Nome Do Servidor	Cargo Em Comissão
Antônio Carlos Guilherme Salles de Carvalho	Assessor Técnico
Carlos Gomes Vilela Filho	Assessor Técnico
Cícera Bezerra de Moraes	Secretário Parlamentar
Edmee da Conceição Ribeiro Cardoso	Secretário Parlamentar
William Viane de Paiva	Secretário Parlamentar
Mônica Maneschy Peres Teixeira	Assistente Parlamentar, AP-3

Senado Federal, 12 de janeiro de 1999.


Agaciel Da Silva Maia
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 13-1-99.

Publique-se em 25/01/99


José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 121, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

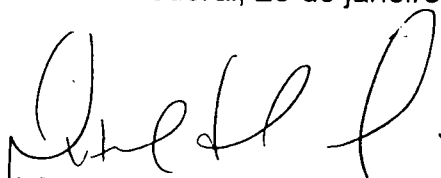
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 5002, e JOSÉ FERNANDO GOMES FEITOSA, matrícula nº 1349, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 001/99, celebrado entre o Senado Federal e AM DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA.

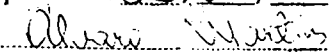
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 25/01/99


José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 122, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

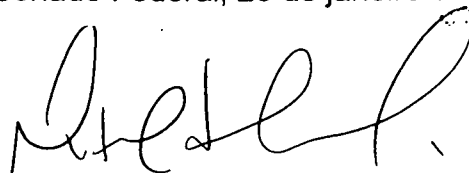
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EDGAR BENÍCIO ROSA, matrícula nº 5050, e ALDO RENATO BERNARDES DE ASSIS, matrícula nº 5305, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 50/98, celebrado entre o Senado Federal e COMSAT BRASIL LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

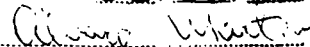
Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 25/01/99



José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 123, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, matrícula nº 2988, e LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 049/98, celebrado entre o Senado Federal e L/BRASIL CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

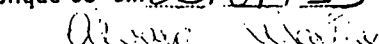
Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.




AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 25/01/99


José Paulo Botelho Cobucci

 Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 124, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

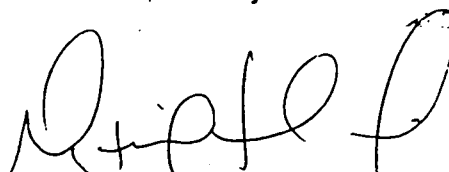
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, matrícula nº 2988, e LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 053/98, celebrado entre o Senado Federal e LBRASIL CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 25/01/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 125, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, matrícula nº 2988, e LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 011/99, celebrado entre o Senado Federal e LEMMA ENGENHARIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

Publique-se em 25/01/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 126, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,


RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH**, matrícula nº 2988, e **LUIZ CARLOS PIRES RAYOL**, matrícula nº 3379, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 012/99, celebrado entre o Senado Federal e **CONSTRUTORA ARGUS LTDA**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 25/01/99

Assinado
José Danilo Botelho Cobucci

Assinado
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 127, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016756/98-3,

RESOLVE designar o servidor **RICARDO ABREU ALAGEMOVITS**, matrícula 3177, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de

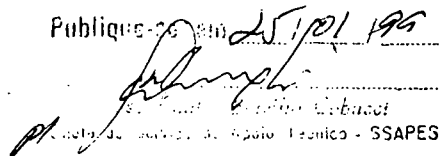
Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, com efeitos financeiros a partir de 18 de dezembro de 1998.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicado em 25/01/99



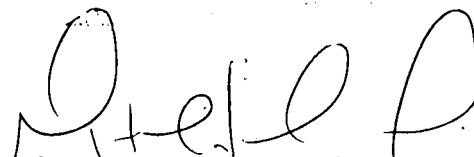
Secretaria do Senado Federal - SSAPE

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 128, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001160/99-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA NAUSTRIA ALBUQUERQUE**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE.

Ex. 25 / 01 / 1999

Aut. Carlos Eduardo Marques
Diretor de DAF**ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN****ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN Nº 1, DE 1999**

A Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 237, *in fine*, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Técnica Especial (Comitê de Tecnologia) com a finalidade de elaborar, planejar e acompanhar a implementação da política de tecnologia do Prodasen, de acordo com plano de trabalho e cronograma apresentados e aprovados pela Diretoria Executiva do Prodasen.

II - Compete ainda à Comissão a avaliação, em caráter terminativo, das propostas de aquisição de equipamentos e programas quanto às especificações técnicas, suas quantidades e cronogramas de entrega.

III - Designar para integrar a Comissão os servidores ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO, CARLOS MAGNO CATALDI SANTORO, FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMA, RICARDO VIANA DE CAMARGO, ALEXANDRE ABDU EL-MOOR, ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA, OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO, EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS, JOÃO JORGE SQUEFF e SILVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES, todos ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do Prodasen.

IV - Designar o servidor FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMA para presidir a Comissão e o servidor JOÃO JORGE SQUEFF para substituí-lo em seus impedimentos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 14 de janeiro de 1999



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora Executiva do PRODASEN

E. 25 01 99
J. F. H. Q.

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN Nº 2, DE 1999**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS**, matrícula 062, e **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO**, matrícula 073, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 063/1998** **Processo: PD 395/98-6**
Contratado: IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Aquisição e instalação, sob a forma de venda consignada, de um processador IBM 9672, modelo R24, novo, compatível com a plataforma IBM S/390 com garantia de funcionamento por meio de manutenções preventivas, corretivas e evolutivas pelo período de 60 (sessenta) meses, incluindo fornecimento de peças novas e originais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 15 de janeiro de 1999.


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

25 01 99
J. P. B.**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN Nº 3, DE 1999**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00317/98-5, **RESOLVE:**

I - Constituir Comissão Técnica Especial, conforme previsto no parágrafo 8º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, com a finalidade de proceder o recebimento e aceitação dos produtos adquiridos através da Tomada de Preços nº 15/98.

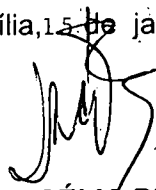
II - Designar para integrar a referida Comissão Técnica Especial os servidores **CLEOMENES PEREIRA DOS SANTOS, HÉLIO AUGUSTO DA SILVEIRA FILHO, JUAREZ DE OLIVEIRA e MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO**, Técnicos de Informática Legislativa, do quadro de pessoal do PRODASEN.

III - Designar o servidor **MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO** para Presidente da Comissão, e o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar a data de 31/12/1999, para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 15 de janeiro de 1999.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

PUBL. DE FE

E.D. 25 01 1999

Regina Célia Peres Borges
Diretora-Executiva**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN Nº 4, DE 1999**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula 550, e **MARCO ANTONIO MOTTA DE SOUZA**, matrícula 560, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 060/1998 Processo: PD 232/93-9**
Contratado: PADRÃO IX INFORMÁTICA E SISTEMAS ABERTOS LTDA.

Objeto: Aquisição e licença de uso da última versão do Gerenciador de Banco de Dados BRS/Search, produzido pela DATAWARE, com toda documentação técnica pertinente, incluindo instalação, garantia de utilização e suporte técnico, sem exclusividade.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 19 de janeiro de 1999.



REGINA CELIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

PUBLICADO

EM 25 10 1999
Antônio Carlos de Azevedo
Diretor da DAF**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN Nº 5, DE 1999**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **SÍLVIO ARY TOMAZ NUNES**, matrícula 054, e **CRISTÓVÃO AUGUSTO SOARES DE ARAÚJO COSTA**, matrícula 225, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 017/1998 Processo: SF 16943/97-0**

Contratado: LIBRIS LTDA.

Objeto: Licença de uso de 01 (uma) cópia do software Aleph - The Automated Library Expandable Program, em sua versão mais recente, em formato computacional compatível e em meio magnético, com toda documentação técnica pertinente e garantia de suporte técnico, sem exclusividade.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 19 de janeiro de 1999.



REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Omelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocinio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÃO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
VAGO		1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 12/01/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 20/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRÉSIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRÉSIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 1865/6
 Horário regimental: 5^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- MOREIRA MENDES	RO-2231/37
PMDB			
JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROME U TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	

PSDB

LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2291/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNADES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	-----------------	--------------

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 1865/6

Atualizada em: 20/01/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
VAGO		1-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: **SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 **FAX: 311-1060**

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

		PFL	
JULIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSE SAAD	GO-3148/50	2-JOAO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
VAGO		2 - VAGO	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
EDUARDO SUPLICY-PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELso RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos indetificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS